CONSELHO DE ILHA DA TERCEIRA
Praça Velha
9701-857 Angra do Heroísmo

Ex. mo Senhor
Presidente da Comissão Especializada
Permanente de Economia

assuntosparlamentares@alra.pt

Sua referência N.º	Sua data	Nossa referência Circular N.º	Data
			05-04-2021

ASSUNTO: Parecer sobre Proposta de Orientações de Médio Prazo 2021-2024 e Proposta do Plano Regional Anual para 2021

O Conselho de Ilha da Terceira em sua reunião, extraordinária, hoje realizada aprovou, por unanimidade, o comunicado que se anexa sobre o assunto em epígrafe .

Anexa-se também os pareceres emitidos pelas seguintes entidades com representação no Conselho de Ilha da Terceira:

- Câmara Municipal da Angra do Heroísmo;

- URIPSSA – União das Instituições Particulares de Solidariedade Social dos Açores

- CGTP-IN

- UGT – União Geral de Trabalhadores dos Açores .

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente da Assembleia Municipal

Ricardo Manuel Rodrigues de Barros

Conselho de Ilha da Terceira

Comunicado

O Conselho de Ilha da Terceira, reunido no Centro Cultural e de Congressos de Angra do Heroísmo, reitera o que disse no Comunicado da última reunião onde os Planos e Orçamentos foram apreciados (16 de outubro de 2019), juntando os pareceres que lhe foram entregeus no decurso dos trabalhos da reunião de hoje 5 de abril de 2021.

O conselho de Ilha Considera ainda que da leitura dos documentos em análise é lícito tirar as seguintes conclusões:

1. Não há grades mudanças de paradigma em relação aos anos anteriores;

2. Plano e Orçamento pouco ambiciosso sendo que algumas reivindicações do passado continuam sem respostas;

3. Falta detalhar pormenores quanto às verbas para a Ilha Terceira revelando apenas que há poucos investimentos e muitas despesas correntes;

4. Como parceiros que devem ser do Governo Regional, as IPSS têm de ser mais ouvidas no tocante aos apoios a conceder e às políticas sociais a implementar;

5. Bairros Sociais sem os apoios suficientes para a conclusão das obras em curso bem com outros equipamentos sociais que, precisando de urgente manutenção, não tem dotação neste orçamento;

6. O Porto da Praia da Vitória, sendo estratégico para a Ilha terceira, deve merecer melhor atenção do Governo Regional que continua sem uma decisão clara quanto ao seu futuro;

7. Finalmente os conselheiros entendem que deve a "*Terceira Tech Island"* ser considerado um projeto de extrema importância para a Ilha Terceira pelo que o seu funcionamento deve ser garantido.

Angra do Heroísmo, 5 de Abril de 2021.

O Presidente do Conselho de Ilha da Terceira,

ORIENTAÇÕES DE MÉDIO PRAZO 2021-2024 e PLANO REGIONAL ANUAL PARA 2021

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Apreciação da CGTP-IN

1. *Situação regional*

A economia dos Açores está muito dependente do sector terciário, quer em termos de contributo do VAB para o PIB regional, quer no emprego.

Os serviços contribuem com 80% para o VAB regional, segundo dados de 2019[1]. Só o comércio, transportes, turismo e restauração são responsáveis por cerca de 26% do VAB, enquanto que o sector produtivo (agricultura, pescas e indústria[2]) apenas contribui para 20% do VAB, percentagem inferior à observada em 1995 (26%). O sector imobiliário tem um peso maior que a indústria (13% face a 7%) e reforçou a sua importância em relação a 1995 (quando tinha um peso de 9%).

Da mesma forma, o emprego está cada vez mais terciarizado. De 2019 para 2020 o peso do emprego no sector primário baixou de 10% para 9%, no sector secundário manteve-se nos 17% e no sector de serviços aumentou de 73% para 74%.

O emprego estabilizou em 2020, não crescendo como nos últimos anos. No entanto, o emprego dos homens trabalhadores baixou, assim como o emprego dos trabalhadores menos qualificados: o número de trabalhadores com escolaridade até o básico diminuiu 7% face a 2019 e foram destruídos 10% dos empregos dos trabalhadores não qualificados.

Foram ainda destruídos 9% dos empregos entre os trabalhadores dos serviços pessoais, de protecção e segurança e vendedores, 7% entre os agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta e 5% entre os técnicos e profissões de nível intermédio.

Esta situação coloca a necessidade de encontrar alternativas de emprego para estes trabalhadores, de reforço ou reconversão das suas qualificações e do reforço da protecção social no desemprego, já que a maioria dos trabalhadores desempregados não tem acesso a prestações de desemprego. Apenas um quarto o consegue, sendo os valores auferidos, em média, muito baixos (449 euros em 2020), inferiores ao limiar de pobreza de 2019 (540 euros).

Pelo contrário, houve um aumento do emprego no ensino secundário e sobretudo no ensino superior, tendo aumentado o emprego entre os especialistas das actividades intelectuais e científicas e entre o pessoal administrativo.

O decréscimo anual do emprego foi forte no alojamento e restauração (-11%), na agricultura produção animal e pesca (-10%), nas indústrias transformadoras (-10%) e no comércio (-6%). Ao contrário, aumentou na saúde e apoio social (+3,3%), na construção (+2,5%) e na educação (+2%).

---

[1] INE, Contas Regionais.

[2] Os dados incluem energia, água e saneamento.

A concentração do emprego nos serviços será um problema no caso de agravamento da situação actual e da falta de medidas de resposta adequadas ou se houver outros choques que afectem o sector. Por sua vez, a falta de um sector das indústrias transformadoras com dimensão e um sector agrícola e piscícola a perder terreno coloca a região na dependência de compras ao exterior, seja do continente, seja do estrangeiro.

Com o surgimento da epidemia, houve uma diminuição do número de trabalhadores não permanentes no 2º trimestre de 2020, uma vez que muitos trabalhadores com vínculos precários foram despedidos, mas na segunda metade do ano a precariedade voltou a aumentar, tendo alcançado perto de 25% do total dos assalariados no 4º trimestre, uma percentagem que subestima a realidade e que atinge ainda mais os jovens.

Os salários nos Açores, cujo valor foi, em média de 859 euros em 2020, situam-se 10% abaixo da média nacional, sendo os segundos mais baixos do país, a seguir à Região Autónoma da Madeira, de acordo com dados do INE. No sector privado, os salários base mensais praticados em 2018[3] variavam entre os 665 euros no Corvo e os 937 euros na Ilha do Faial, todos abaixo dos 967 praticados em média no país, representando, respectivamente 69% e 97% da média nacional.

O desemprego contabilizado pelo INE baixou em 2020, assim como a taxa desemprego, mas a taxa de subutilização do trabalho é quase três vezes a primeira (16,1% face a 6,1%[4]).

O INE contabiliza o número de trabalhadores desempregados em cerca de 7,4 milhares mas o número real de trabalhadores desempregados e subocupados (desempregados e trabalhadores a tempo parcial que desejam trabalhar mais tempo) na região é muito mais elevado: mais de 21 mil em 2020. Destes, 11,2 milhares estão disponíveis para trabalhar mas, como não procuram activamente emprego segundo os critérios usados, não são contados como desempregados. Este número aumentou 41% em 2020 devido ao impacto das restrições à circulação na procura activa de emprego.

Também os dados do desemprego registado nos centros de emprego apontam para o não agravamento em 2020. Todavia, se o número de trabalhadores desempregados inscritos se manteve estável até Novembro, a partir de Dezembro começou a aumentar e em cada mês de forma crescente, ainda que não atinja os valores registados no resto do país (em Fevereiro havia mais 100 trabalhadores desempregados do que há um ano ma região).

Assiste-se ao deteriorar de vários indicadores económicos com a pandemia. O indicador de actividade económica do INE era positivo desde pelo menos o início de 2018 mas a partir do 2º trimestre 2020 passou a negativo e assim continuou até ao final do ano. Também o consumo privado diminuiu no 2º e no 3º trimestre de 2020, embora com maior significado no 2º. No turismo, transportes e comércio também houve fortes quebras.

O documento assinala que os Açores ocupam a última posição relativa à coesão económica, que o diferencial do PIB per capita relativamente à União Europeia e ao país persiste ao longo do

---

[3] Último ano disponível. Fonte: Quadros de Pessoal, GEP/MTSSS

[4] O documento chama a atenção para o impacto que a alteração metodológica do Inquérito ao Emprego vai ter, ao retirar do emprego as pessoas ocupadas na agricultura e pesca para autoconsumo e os desempregados em medidas ocupacionais, o que faz com que a taxa de desemprego em 2020 na região assim recalculada salte de 6,1% para 11,9%.

tempo sem convergir, o mesmo acontecendo com os indicadores relativos à investigação e desenvolvimento (despesa, investigadores, diplomados do ensino superior em áreas científicas e tecnológicas, empresas inovadoras ou intensivas em inovação) face à média nacional, que o poder de compra médio per capita dos Açores e a percentagem da região face à média nacional estagnou desde 2009.

Outros problemas referidos no documento prendem-se com a redução da natalidade e com o saldo migratório negativo a partir de 2014, com o aumento do abandono escolar a partir dos 14 anos e com a redução significativa da taxa de conclusão do 9º ano, entre outros.

2. *Opções estratégicas e políticas*

Todos os elementos atrás apresentados chamam a atenção para a necessidade de reforçar o sector produtivo, diversificar a base económica regional e tornar a região menos dependente do exterior, objectivos ainda mais importantes num contexto sanitário como o que vivemos e que atingiu algumas das actividades de que os Açores mais dependem, não se sabendo se, quando ou como será feita a sua recuperação.

Mais do que nunca é necessário alterar o modelo económico e produtivo regional, baseando-o em emprego qualificado e com direitos, salários dignos e serviços públicos universais e de qualidade. A situação que a pandemia expôs demonstra que é urgente outra política. As soluções não podem ser as mesmas que conduziram à actual situação.

É necessário reforçar sectores tradicionais, ancorados nos recursos endógenos e empreender uma política de substituição de importações e de retenção dos rendimentos produzidos na região a serem distribuídos por quem os gera: os trabalhadores.

Tal como acontece relativamente ao conjunto do país, o investimento dos Açores não pode ficar dependente dos fundos da União Europeia, sejam os chamados fundos da coesão ou os que advirão do Plano de Recuperação e Resiliência, os quais muitas vezes não prosseguem os objectivos mais adequados à região. A CGTP-IN defende que, além dos fundos deverem ser usados na sua plenitude, ao contrário do que tem sucedido no quadro de programação actual (2014-2020), têm que ser mobilizados todos os recursos necessários do orçamento regional para realizar investimento público de acordo com uma estratégia de desenvolvimento definida pela região.

De facto, o nível de execução de diversos programas no período programação actual até ao final de 2020 é insatisfatório, não tendo sido executados na sua totalidade. No conjunto dos programas e fundos disponíveis, a taxa de execução era de apenas 65% e a taxa de compromisso de 84%, o que significa que, mesmo tendo em conta que há mais 2/3 anos para executar os fundos, eles não serão todos utilizados. A execução do PO Açores 2020 é de apenas 63%, estando ainda por executar 418 milhões de euros. No PRORURAL+ há 20% dos fundos por executar, correspondendo a 60 milhões de euros. Dos fundos previstos no Compete 2020 para os Açores o fundo executado está abaixo de 50% do fundo aprovado, correspondendo a quase de 58 milhões de euros por executar. O POSEUR nos Açores tem menos de 10% do fundo aprovado executado (apenas 6 milhões de euros dos 66 milhões de euros aprovados foram executados até ao momento). No POISE 27% dos fundos aprovados para os Açores não estão executados, correspondendo a 7 milhões de euros.

Nas Orientações de Médio Prazo 2021-2024 definem-se como Opções estratégicas e Políticas sectoriais as seguintes: (i) Políticas para a coesão social e para a igualdade de oportunidades; (ii) Um futuro mais digital e ecológico no seio da sociedade do conhecimento; (iii) Uma governação ao serviço das pessoas, próxima e transparente; (iv) Afirmar os Açores no mundo.

O Plano Regional para 2021 é a tradução das Orientações de Médio Prazo 2021-2024 para o ano corrente.

Esta apreciação da CGTP-IN trata os dois documentos em conjunto, centra-se nas três primeiras opções das Orientações de Médio Prazo.

- ***Políticas para a coesão social e para a igualdade de oportunidades***

Na área do emprego as medidas são insuficientes ou desajustadas em relação aos problemas concretos dos trabalhadores açorianos. Embora se aponte como objectivo a manutenção do emprego e posteriormente a criação líquida de emprego, as medidas previstas centram-se nas políticas activas de emprego para os desfavorecidos, através do mercado social de emprego, e para os jovens, não havendo uma política de criação e valorização do emprego com direitos, de combate à precariedade e de elevação de salários e condições de trabalho.

No que diz respeito à formação profissional, a CGTP-IN defende que deve estar ligada a uma estratégia de desenvolvimento da região e não às necessidades de curto prazo das empresas, devendo ser tomadas medidas para o exercício do direito à formação profissional e para o seu alargamento, fazendo repercutir o aumento das qualificações nos salários e carreiras dos trabalhadores.

Toda a política na área dos serviços sociais está voltada para o reforço chamado sector social, quando o necessário é o reforço dos serviços públicos, seja no apoio à infância, deficiência ou terceira idade. Assinala-se, contudo, como positivo o objectivo de alcançar a universalidade da gratuitidade das creches até 2024.

Na área do combate à pobreza e exclusão social impera uma visão assistencialista e que ignora a pobreza laboral e a dimensão do emprego e do desemprego. As acções previstas não tratam do emprego e das causas da pobreza entre os dos trabalhadores, nomeadamente os baixos salários e a precariedade, além de adoptarem uma perspectiva de suspeição para com os titulares e beneficiários do RSI com a qual CGTP-IN não pode concordar.

A aposta no digital aparece como solução para ensinar a distância e também na área da saúde, quando é necessário mais investimento e profissionais para estancar a saída da população da região.

O digital na escola deve ser utilizado para facilitar as aprendizagens, usando, como se diz no documento manuais e publicações digitais e criando ferramentas de aprendizagem, mas não para promover o ensino à distância, a não ser em casos de emergência como no caso presente.

Nesta área é necessário também ter políticas para melhorar as condições socioeconómicas das famílias e tratar as causas que levam ao insucesso escolar, ainda mais visíveis e agravadas com a Covid 19, entre as quais as questões do emprego e da precariedade laboral, os salários e

condições de vida e habitação das famílias dos jovens. Neste âmbito salienta-se o objectivo do aumento dos apoios da acção social escolar para contrariar as crescentes desigualdades sociais.

Valorizam-se as iniciativas legislativas para limitar a contratação sucessiva de professores e o objectivo de assegurar a integração num quadro vinculativo, contrariando a precaridade existente. Valoriza-se o objectivo de avaliar as necessidades do sistema educativo a médio prazo e implementar o regime de formação inicial de professores e educadores.

Assinala-se favoravelmente o objectivo de capacitar o Serviço Regional de Saúde com os meios humanos e materiais necessários à prestação de cuidados de saúde da população, bem como o objectivo de assegurar cobertura integral da população por médico de família e por enfermeiro de família, a melhoria das condições de trabalho e o fomento do trabalho em equipa, ainda que não se diga como é que isto vai ser feito. Salienta-se a negociação da revisão e valorização da carreira dos profissionais do Serviço Regional de Saúde, mas a implementação de uma cultura de meritocracia no sector merece a nossa rejeição.

Todas estas medidas e objectivos requerem maior investimento público no Serviço Regional de Saúde, tão importante como ficou demonstrado durante a pandemia. O número de trabalhadores da saúde aumentou entre 2014 e 2019 (dados mais recentes), sendo necessário continuar.

É de salientar a intenção de suprimir o subfinanciamento crónico do sector, através de meios financeiros que correspondam ao custo real, mas não se concorda com o recurso ao sector social e privado, como é admitido no documento. Com o investimento necessário, o recurso a outras soluções, que devem ser meramente supletivas, não se coloca.

Nas políticas de juventude, embora se refira o combate a precariedade no emprego (ficando só como enunciado), faltam políticas para criar emprego com direitos e estável, para elevar os salários e criar perspectivas de desenvolvimento de carreiras profissionais. Ao invés, adopta-se a perspectiva do empreendedorismo e da promoção do voluntariado. A fixação dos jovens e retenção dos jovens e outras camadas etárias na região depende das condições de trabalho e de vida, do emprego com direitos, dos salários, das condições e perspectivas de carreira e da existência de serviços públicos de qualidade.

- ***Um futuro mais digital e ecológico no seio da sociedade do conhecimento***

Valoriza-se a intenção de criação de um verdadeiro mercado regional como estratégia para a dinamização do sector produtivo, para a diminuição das importações e também que o documento refira explicitamente a substituição de importações e a sustentabilidade da base económica suportada em recursos endógenos. É preciso que existam políticas que tornem esses objectivos realidade.

Estes objectivos são também importantes para o ambiente, sendo necessário aumentar a produção local para reduzir custos e os impactos ambientais negativos dos transportes e da produção de embalagens.

Assinala-se positivamente a importância dada à agricultura na estratégia de crescimento e recuperação económica dos Açores, bem como objectivo de diminuir a dependência alimentar face ao exterior e a melhoria da sua qualidade. Do mesmo modo, é positiva a intenção de

manutenção, criação e valorização de empregos no sector das pescas e do mar, bem como a melhoria das condições de segurança e trabalho. Mais uma vez é necessário que todas estas intenções sejam materializadas.

Assinala-se também o equacionar da existência de uma carreira regular marítima de carga inter-ilhas como forma de ajudar à criação do mercado interno. No entanto, é necessário que este objectivo seja mesmo concretizado e que a sua exploração seja pública.

Os desenvolvimentos da ciência e da técnica devem ser colocados ao serviço do progresso e da justiça social. A sua evolução demonstra enormes potencialidades para se encontrarem soluções urgentes e imediatas para a manutenção e criação do emprego, a redução do horário de trabalho e a melhoria das retribuições dos trabalhadores.

Afirma-se também que é necessário suster as cadeias de produção existentes antes da crise sanitária depois da crise, através de apoios para a manutenção dos postos de trabalho e outras estruturas básicas de produção. A CGTP-IN defende que os apoios públicos dirigidos às empresas devem respeitar determinados princípios, nomeadamente a proibição do despedimento seja qual foi o vínculo contratual.

Como se refere no documento, a capacidade real existente em investigação tem fundamentalmente origem no sector público, nomeadamente na Universidade dos Açores, nos seus centros de investigação, bem noutras entidades do Sistema Científico e Tecnológico açoriano, como os laboratórios públicos, caminho que se deve aprofundar, canalizando mais investimento público para esta área numa perspectiva de desenvolvimento regional dirigido pelo sector público e não submetido a meras lógicas empresariais ou privadas, sem prejuízo da colaboração com o sector produtivo.

- ***Uma governação ao serviço das pessoas, próxima e transparente***

No documento afirma-se que o sector público começa a mostrar algum esgotamento para gerar mais empregos, pretendendo-se fazer o levantamento das necessidades permanentes de modo a regularizar a actual situação dos trabalhadores com vínculos precários, o que é de assinalar positivamente, bem como para planear e gerir a política de recrutamento e selecção os trabalhadores da administração pública regional. No entanto, é preocupante que se afirme que se pretende racionalizar e reduzir o número de trabalhadores como moeda de troca para a necessária, justa e urgente valorização profissional e remuneratória dos trabalhadores do sector.

O que a região precisa para se desenvolver é a valorização dos serviços públicos e das funções sociais do Estado - o que implica a valorização dos seus trabalhadores e não uma redução do seu número -, e uma a Administração Pública ao serviço das populações e não das empresas, como se aponta em várias passagens do documento.

Na área dos transportes valoriza-se a criação do passe único e o objectivo de garantir preços sociais aos utentes e suas famílias, bem como o objectivo de aumentar os índices de utilização de transportes colectivos.

CGTP-IN
05/04/2021

MEMORANDO

Orientações de Médio Prazo 2021-2024 e do Plano Regional Anual para 2021

Estando-se a iniciar uma nova legislatura, vem o Município de Angra do Heroísmo, na sequência das comunicações anteriores sobre a mesma temática, apresentar um conjunto de questões que se prendem com o investimento direto e indireto da administração regional no concelho. Não foram incluídos os investimentos em curso nem aqueles que estão contemplados na proposta de Plano Regional Anual para 2021 aprovada em Conselho do Governo a 10 de março de 2021.

Para melhor compreensão do proposto, apresenta-se uma listagem de propostas que a Câmara Municipal gostaria de ver incluídas no plano anual, ou num dos planos anuais da presente legislatura, e um conjunto de outras questões que podem não ter reflexo direto naqueles documentos mas que ainda assim têm implicações financeiras que devem ser devidamente consideradas.

Propostas de ações a incluir no Plano Regional Anual para 2021 (ou noutro a que se apliquem as Orientações de Médio Prazo 2021-2024)

1. Recuperação do molhe de proteção do Porto de Pescas de São Mateus e desassoreamento da sua bacia interior

   A forte ondulação gerada pelo Furacão Lorenzo veio acelerar o processo de degradação do troço terminal do molhe de proteção do Porto de Pescas de São Mateus, criando risco de perda de alguns dos seus blocos. Por outro lado, a parte mais interna da bacia portuária encontra-se assoreada, reduzindo o calado das embarcações que a podem utilizar, particularmente na baixa-mar. Pretende-se a reconstrução da parte afetada do molhe, considerando-se urgente essa intervenção dados os custos adicionais associados a uma eventual perda de

blocos, e a realização de uma operação de limpeza da bacia interior, a qual pode ser feita a partir de terra.

2. Reabilitação do acesso norte ao Hospital de Santo Espírito (Canada do Breado)

   O acesso de emergência ao Hospital é feito por uma via não pavimentada, a Canada do Breado, que liga aquela estrutura à estrada regional no lugar da Vinha Brava. A alteração do regime de escoamento naquela zona tem levado a frequentes cheias, afetando gravemente a Casa de Saúde de São Rafael e a Circular Externa na zona da rotunda anexa aos terrenos daquela instituição. Pretende-se a drenagem e pavimentação da via, obra que pode ser feita em coordenação com o investimento que se pretende para o SEEBMO e cujo início já conta da proposta de Plano Anual. O Município está disponível para participar no investimento, incluindo a cedência da casa junto à circular (Ponta do Muro) que se viu obrigado a adquirir face à recorrência de cheias.

3. Continuação da construção da Avenida António Dacosta, conforme novo traçado proposto

   Ao longo da última década foram construídos dois troços de estrada regional da variante a São Carlos (agora designada por Av. António Dacosta). O último troço construído termina numa via municipal que não tem o traçado nem o perfil adequado às necessidades de tráfego, dando origem a duas vias paralelas com sentido único, situação que não é adequada ao pretendido com as oras já executadas. Pretende-se a construção do troço entre a Canada do Cinco Reis e a Canada do Célis, com o correspondente nó de inserção na atual estrada regional. Também se pretende a alteração do perfil da via na zona de São Carlos, com a construção dos projetados passeios.

4. Construção de variante à Vila de São Sebastião

   A estrada regional atravessa o centro da Vila de São Sebastião, dando origem à sua divisão em duas vias de sentido único, uma delas uma rua da responsabilidade do Município. A presente situação causa degradação nos imóveis que ladeias as referidas ruas e causa constrangimento ao trânsito na zona de inserção junto ao

Império. Pretende-se a construção de uma nova via que circunda o centro da vila pelo sul, interligando as diversas vias regionais e municipais que ali convergem.

5. Correção do traçado da estrada regional no lugar da Ribeira da Luz, Altares

   No lugar de Ribeira da Luz, na parte leste dos Altares, existe uma curva e contracurva, no centro da qual se dá a inserção da Canada do João Borges, que liga à estrada regional que vem de Angra. Esteve prevista a correção da curva, fazendo-a a reserva dos necessários terrenos, aquando da última grande intervenção feita naquele troço de estrada, o que se não materializou. Pretende-se construir uma nova passagem hidráulica e eliminar a curva de forma a que a inserção da Canada do João Borges se faça em local com adequada visibilidade.

6. Recuperação ambiental da Lagoa do Ginjal

   A Lagoa do Ginjal é a maior das lagoas da ilha Terceira, encontrando-se eutrofizada e cheia de lodos e de lixo arrastados das pastagens vizinhas. Pretende-se a limpeza da lagoa, com aquisição das pastagens marginais e o seu reflorestamento. O Município já manifestou disponibilidade para participar no processo.

7. Reperfilamento e reabilitação das grotas e ribeiras a jusante à cidade de Angra do Heroísmo

   O centro da cidade de Angra do Heroísmo tem sido repetidamente inundado devido à afluência de águas provenientes da zona montanhosa situada a norte (encosta do Morião) e dos terrenos a norte de Santa Luzia (Breado e Pateira). Apesar do grande investimento municipal já feito, o risco de graves inundações permanece pelo que se pretende a inclusão no Plano Anual dos investimentos necessários à mitigação do risco de cheia nas bacias hidrográficas a montante de Santa Luzia (grota que anteriormente estava canalizada para o Alto das Covas), da bacia a montante da Casa de Saúde de São Rafael, da Grota dos Calrinhos (Vimial) e da Grota dos Copins). Nota-se a existência da ação «9.4.10 – Intervenção e planificação dos caudais das ribeiras da Terceira», mas não se conhece a sua abrangência.

8. Financiamento da obra de reconstrução do claustro da Igreja da Concepcionistas

Em cooperação financeira com a Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo, o Município está a financiar a reconstrução da Igreja das Concepcionistas, propriedade daquela instituição que se encontra em ruínas desde o sismo de 1980. No fim da última legislatura foi formalizado pelo Governo o compromisso de apoiar aquela instituição na reconstrução do claustro anexo à referida igreja. Pretende-se a concretização financeira desse compromisso, atendendo a que a obra de reconstrução da igreja já se encontra adjudicada.

9. Financiamento da obra de reconstrução do claustro da Igreja de Santo António dos Capuchos

Em cooperação financeira com a Irmandade do Livramento, o Município está a financiar a reconstrução da Igreja de santo António dos Capuchos, propriedade daquela instituição que se encontra em ruínas desde o sismo de 1980. Pretende-se a cooperação financeira com o Governo visando a reconstrução do pequeno claustro anexo. A obra de reconstrução da igreja já se encontra adjudicada.

10. Construção do Cento Interpretativo da Fortaleza de São João Baptista, conforme projeto elaborado pela Direção Regional da Cultura

O Município celebrou um protocolo com o Ministério da Defesa visando a recuperação da Igreja de São João Baptista, estando agora a decorrer o concurso para a respetiva empreitada. O Governo, através da Direção Regional da Cultura, elaborou o projeto para a recuperação de um edifício que se encontra abandonado nas imediações daquela igreja para instalação de um centro interpretativo, assumindo os custos com a obra. Pretende-se que a matéria seja incluído no Plano dada a conveniência de ambas as obras serem executadas ao mesmo tempo.

11. Construção do reservatório para servir agricultura do oeste do concelho (freguesias da Serreta/Doze Ribeiras)

As freguesias do sudoeste da Terceira (de Santa Bárbara à Serreta) têm sido severamente afetadas com falta de água para uso agrícola nos anos de estiagem mais intensa. Para resolver a questão está prevista a construção de uma lagoa artificial na zona entre a Serreta e as Doze Ribeiras, tendo o Município adquirido há cerca de 20 anos os terrenos que eram necessários. Pretende-se a cooperação

financeira da Região para a construção da referida lagoa. O Governo anterior apresentou como alternativa a construção de uma nova lagoa no Pico das Duas, anexa às já existentes, solução que apresenta alguns problemas no que respeita à distribuição para as zona mais a oeste (Doze Ribeiras e Serreta) dadas as cotas e falta de rede. Contudo, o Município está disponível para estudar essa solução.

12. Cooperação financeira com diversas entidades em projectos com cofinanciamento municipal.

Estão em curso ou em preparação intervenções a cargo de algumas entidades sem fins lucrativos para as quais existe o compromisso de co-investimento por parte do Governo. São particularmente importantes os investimentos a fazer na sua sede pela Sociedade Rainha Santa Isabel das Doze Ribeiras (em curso), a construção do centro comunitário do Bairro do Lameirinho (projetado) e o centro de dia para idosos da Ribeirinha (em fase de projeto).

13. Reabilitação do Bairro da Terra Chã

Para além da recuperação das habitações do bairro, com redefinição e clarificação do que efetivamente se pretende fazer face aos projetos contraditórios que foram sendo apresentados, pretende-se definir o processo de recuperação das antigas casas dos médicos situadas nas traseiras do atual TERINOV. O Município pretendeu a cedência desses edifícios para recuperação e integração no seu parque habitacional, o que não foi aceite. Pretende-se conhecer a decisão do atual do atual Governo, face à acelerada degradação daquelas casas.

14. Miradouros e trilhos (memorando em anexo)

Em tempos foi acordado com o Governo a construção de um conjunto de miradouros e locais de lazer junto a vias regionais. Pretende-se retomar o assunto. O memorando está em anexo.

15. Passagem hidráulica da Grota dos Carneirinhos

Nos últimos anos ocorreram enxurradas recorrentes que cortam a estrada regional na Grota dos Carneirinhos (Às Nove), freguesia de Santa Bárbara. A passagem hidráulica lá existentes nunca foi reconstruida, estando a cargo das Obras Públicas a intervenção. Pretende-se uma intervenção de regularização do caudal a

montante e de aumento da capacidade da passagem hidráulica existente. Há uma ação («12.27.2 Estabilização da Grota da Lagoinha e ribeiras da zona Sudoeste da ilha Terceira», que refere «Grota da Lagoinha» que talvez seja para este fim já que naquela zona se desconhece esse topónimo.

16. Proteção costeira no lugar da Baía do Porto Judeu e melhoria da zona balnear

Foi acordado entre o anterior Governo e a Junta de Freguesia do Porto Judeu a construção de um molhe destacado naquela zona balnear. Pretende-se a prossecução do projeto que se encontra contratado a empresa da especialidade.

Propostas de ações que não carecem de inscrição mas podem ter reflexos financeiros

1. Atualização do Plano de Prevenção de Cheias, com inclusão como cursos de agua de risco das ribeiras da encosta sudoeste da Serra de Santa Bárbara e eliminação das referentes ao Porto Judeu;
2. Processo de desalfandegamento das encomendas, retomando o processo na ilha Terceira, conforme o Conselho de Ilha tem reclamado desde há vários anos;
3. Funcionamento dos CTT, melhorando os prazos de entrega de encomendas postais, conforme consta dos repetidos memorandos do Conselho de Ilha;
4. Normalização da recolha e tratamento dos resíduos agrícolas, especialmente dos plásticos agrícolas, conforme anteriormente acordado;
5. Regularização do regime de tratamento dos cadáveres de animais recolhidos nas pastagens, com regulamentação do sistema previsto no regime jurídico dos resíduos;
6. Integração da cidade de Angra do Heroísmo no programa de dinamização cultural do Governo Regional;
7. Concessão da exploração dos recursos hidrotermais da região a oeste da cidade de Angra do Heroísmo (faixa Fanal-Silveira até a montante da Terra Chã e Posto Santo (Encumeada do Mato/Mata do Estado);

8. Manutenção da Linha Lilás, conforme os memorandos anteriormente aprovados em Conselho de Ilha;
9. Encerramento do Quadro Comunitário 2020 e redistribuição de valores pelos Municípios, nos termos do acordo assinado entre a AMRAA e o Governo;
10. Transportes aéreos (especialmente a questão das rotas Paris/Terceira/Montreal, Londres/Terceira/Londres, rota Boston/Terceira/Boston) conforme anteriormente debatido no Conselho de Ilha.

Anexo

Memorando

Miradouros e trilhos

Miradouros - Primeira prioridade

Miradouro da Serra de Santa Bárbara

Enquadramento

A partir topo da Serra de Santa Bárbara é possível a fruição por parte do visitante de um espaço que associa aspetos de paisagismo, vulcanismo e flora e fauna endémicas dos Açores.

Situação pretendida

Reabilitação do miradouro da Serra de Santa Bárbara pelo Parque Natural da Terceira.

Reordenamento do espaço envolvente do miradouro, nomeadamente a reabilitação da estruturas que se encontra em funcionamento por parte as entidades gestoras e remoção das estruturas que se encontram abandonadas pelo Parque Natural da Terceira.

Reordenamento do espaço de estacionamento junto ao miradouro pelo Parque Natural da Terceira.

Situação atual

Atualmente o espaço encontra-se totalmente desordenado, o estacionamento faz-se de forma caótica degradando a zona da reserva natural.

As infraestruturas existentes no local não são mantidas em condições, encontrando-se algumas abandonadas, assim como resíduos de materiais de construção.

O miradouro existente apresentação mau estado de conservação.

Miradouro da Ponta do Queimado – Freguesia da Serreta

Enquadramento

A Ponta do Queimado na Freguesia da Serreta, é uma falésia com cerca de 100 metros de altura onde o visitante pode observar diversos domos e escoadas lávicas, assim usufruir de um espaço de tranquilidade por estar envolto entre o mar e a mata de vegetação predominantemente endémica.

Situação pretendida

Construção de um miradouro sobre o promontório pelo Município de Angra do Heroísmo.

Ordenamento do espaço de estacionamento e delimitação do espaço visitável pelo Município de Angra do Heroísmo.

Autorização da Secretaria Regional com a tutela do ambiente para a construção do miradouro por se tratar de área protegida para Gestão de Habitats.

Colaboração do Serviço Florestal da Terceira para e abate de espécies invasoras.

Situação atual

Atualmente a visitação é feita de forma aleatória e desordenada podendo oferecer perigo para os visitantes uma vez que de trata de uma falésia com uma altura considerável, por outro lado prejudicando a flora existente no local.

A proliferação de espécies invasoras prejudica o desenvolvimentos das espécies endémicas e por outro lado por seu rápidos crescimentos limite o grau de visibilidade em termos de fruição do paisagismo.

Miradouro do Pico das Cruzinhas – Monte Brasil

Enquadramento

Miradouro do Pico das Cruzinhas, local obrigatório e de excelência para os visitantes contemplarem a cidade Angra do Heroísmo, oferece uma vista panorâmica que vai da Freguesia de São Mateus até à do Porto Judeu, passando pela Serra de Santa Bárbara, Serra da Ribeirinha, Ilhéus das Cabras e ilhas de São Jorge e Pico.

É um espaço de excelência que agrega a possibilidade de descoberta da história, cultura e natureza da ilha Terceira.

Situação pretendida

Considerando o aparecimento espontâneo de espécies invasoras (*pittosporum ondulatum*) no perímetro de visão panorâmica do miradouro, pretende-se a sua erradicação e substituição por espécies endémicas pelo Serviço Florestal da Terceira.

Remoção de três indivíduos de criptoméria *japonica* pelo Serviço Florestal da Terceira.

Conceção e colocação de placa informativa pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

Ordenamento do estacionamento junto ao miradouro obra em parceria entre a Câmara de Angra do Heroísmo e o Serviço Florestal da Terceira.

Situação atual

A Câmara Municipal procedeu em 2016 a obras de reabilitação do miradouro e do monumento, assim como à colocação de uma rampa de acesso para pessoas com mobilidade reduzida.

A vista panorâmica encontra-se reduzida devido à proliferação de infestantes.

Miradouros da Serra da Ribeirinha

Enquadramento

A partir cume da Serra da Ribeirinha é possível vislumbrar grande parte do sul da ilha Terceira, e da paisagem construída com fins agrícolas, assim com as suas freguesias que se estendem até à orla costeira.

Para o interior a paisagem oferecida é de uma zona industrial que mostra parte da dinâmica económica da ilha enquadrada numa paisagem natural evidencia a força do vulcanismo pela presença imponente Serra do Morião e pela Caldeira Guilherme Moniz.

Situação pretendida

Conceção e colocação de placa informativa pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e colocação de caixotes do lixo.

Situação atual

Os miradouros carecem apenas de sinalização e repositórios para resíduos.

Miradouros da Serra do Cume

Enquadramento

Os Miradouros da Serra do Cume tem um enorme interesse paisagístico, de onde se pode contemplar a baía e cidade da Praia da Vitória, a planície das lajes e paisagem ímpar da Caldeira Guilherme Moniz caracterizada pelos seus cerrados conhecidos por "mata de retalhos" e pelo grande interesse geológico.

Situação pretendida

Reabilitação por parte dos acessos e dos miradouros por parte do Governo Regional.

Situação atual

Muros na estrada de acesso tem vários metros complemente destruídos.

Os decks estão ressequidos existindo partes partidas na vista para Angra.

Miradouros - Segunda prioridade

Miradouro do Pico Matias Simão – freguesia dos Altares

Enquadramento

O Pico Matias Simão em termos da geodiversidade é único na Europa pelas caraterísticas da erupção estrombolina onde houve emissão de lava viscosa não porosa, que assumiu formas distintas de outros lugares vulcânicos.

O promontório para o mar é de 153m de altura.

Situação pretendida

Reabilitação do miradouro e delimitação da área de visitação pelo Parque Natural da Terceira

Conceção e colocação de placa informativa pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

Situação atual

O espaço não tem proteções que delimitem o espaço de visitação e que salvaguardem a segurança dos visitantes.

Miradouros das Veredas – freguesia da Terra Chã

Enquadramento

Os miradouros das Veredas oferecem uma vista panorâmica sobre as terras planas das freguesias do sul e oeste da ilha, assim como sobre o istmo do Monte Brasil.

Situação pretendida

Conceção e colocação de placa informativa pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

Situação atual

Os miradouros estão em bom estado de conservação e não dispõe de informação.

Miradouro da Cruz do Canário – freguesia do Porto Judeu

Enquadramento

É do miradouro da Cruz do Canário que os visitantes podem contemplar os dois ilhéus de maiores dimensões do Açores, denominados Ilhéus das Cabras, restos de um cone litoral de um vulcão surtseyano.

Situação pretendida

Conceção e colocação de placa informativa pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

Situação atual

O Miradouro encontra-se em boas condições de conservação, mas dispõe de informação nem de recipientes para resíduos.

Miradouro da Chanoca – freguesia de São Mateus da Calheta

Enquadramento

O miradouro da Chanoca situa-se para parte mais alta da costa da freguesia sobre uma falésia basáltica a partir do qual se vislumbra uma vista panorâmica sobre o mar e as

ilhas de São Jorge e Pico, olhando para terra observa-se o maciço da Serra de santa Bárbara.

É também possível a observação de cetáceos.

Situação pretendida

Conceção e colocação de placa informativa pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

Situação atual

O miradouro encontra-se em bom estado de conservação e tem um bom ordenamento de estacionamento.

Miradouro da Ponta das Contendas – Vila de São Sebastião

Enquadramento

A área protegida da Ponta das Contendas alberga fauna e flora endémica assim como apresenta particularidades geomorfológica muito interessantes para a visitação.

Situação pretendida

Conceção e colocação de placa informativa, corte de vegetação e recipientes de lixo pelo Parque Natural da Terceira.

Situação atual

O local apresentação vegetação que dificulta o seu acesso e tem falta de recipientes de lixo.

Miradouro da Ponta dos Coelhos – Freguesia do Porto Judeu

Enquadramento

A partir do miradouro da Ponta dos Coelhos é possível ao visitante a fruição de imagens panorâmicas da costa sul e sobre o mar, vislumbrando ao fundo os ilhéus das Cabras.

Situação pretendida

Conceção e colocação de placa informativa pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

Situação atual

A estrutura apresenta bom estado de conservação.

Trilhos - Primeira prioridade

Circuito de Visitação das Furnas do Enxofre

Enquadramento

O Circuito de Visitação das Furnas do Enxofre permite ao visitante a fruição com um grande campo de fumarolas, onde se podem observar elementos do vulcanismo.

Situação pretendida

Melhoramento do acesso com a implementação de um pavimento resistente aos elementos naturais.

Aumentar a zona se segurança junto ao estacionamento assim como o número de lugares que atualmente é manifestamente insuficiente.

As intervenções devem ser realizadas pelo Governo Regional.

Situação atual

A grelha na entrada do acesso está partida e parte fora do encaixe;

O pavimento em bacina apresenta valas devido à drenagem pluvial.

As proteções de segurança do estacionamento encontram-se incompletas e o estacionamento é desordenado.

Trilho da Gruta das Agulhas – freguesia do Porto Judeu

Enquadramento

A Gruta das Agulhas localiza-se na Ponta dos Coelhos na baía do Refugo, numa zona costeira alta formada por antigas correntes de lava do vulcão do Algar do Carvão.

O acesso à gruta é feito através de um pequeno trilho.

Situação pretendida

Reabilitação do trilho de acesso pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

Conceção e colocação de placa informativa e sinalética pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

Situação atual

O acesso encontra em mau estado de conservação pondo em perigo os visitantes.

A sinalética está em mau estado e não informação.

Trilho da Grande Rota do Oeste

Enquadramento

A proposta de criação do trilho da Grande Rota do Oeste visa:

Facilitar a prática do pedestrianismo e do exercício físico, proporcionando segurança, qualidade e informação ao utilizador, aumentando assim a oferta e diversidade neste segmento aos visitantes;Incentivar o conhecimento pelo património natural e construído envolvente ao percurso, promovendo sempre uma prática respeitadora da cultura e do meio ambiente.

a análise primária ao traçado podemos avançar que a *"Rota do Oeste"* será um percurso pedestre circular, com cerca de 30 km de extensão, subindo dos 40 m até aos 970 m de altitude máxima.

Ao longo do percurso o visitante entrará em contacto com uma grande variedade de paisagens naturais e humanizadas, passando por falésias costeiras, habitats de importantes colónias de aves marinhas, veredas antigas, florestas naturais, até chegar ao bordo da caldeira da Serra de Sta. Bárbara, o maciço mais elevado da ilha. Passa pelo interior da *Reserva Florestal de Recreio da Mata da Serreta*, pelos terrenos antigos da *Fajã da Serreta*, pela *Ponta do Queimado* de onde foi observada a última erupção submarina da ilha, por uma densa floresta de metrosideros e pela formosa *Lagoinha da Serreta.*

Há património edificado de interesse histórico/cultural que pode ser observado e visitado, como a capelinha que invoca um eremita que se isolou neste local, no século XIX, o que resta de um farol que aqui existiu até ser destruído pelo grande abalo sísmico de 1980, ou as Minas da Serra: dois túneis artificiais abertos no século XIX, que constituem, para a época em que foram feitos, uma grande obra de engenharia hidráulica.

Em termos de expressão agrícola, há pomares, colmeias, explorações agrícolas e outras estruturas associadas, que permitem ao visitante perceber um pouco melhor de como foi, e ainda é, feita a exploração da terra. Já na parte mais elevada da Serra de Stª Bárbara, após a passagem por matas de exóticas, sobe por veredas aberta pelos aguadeiros, em habitats de comunidades naturais, onde estão representados grande parte das plantas endémicas da ilha, nestas condições ideais para o seu desenvolvimento.

O centro da freguesia da Serreta permite-lhe apreciar o local onde ocorre em setembro a tradicional tourada, a igreja de maior romaria da Terceira e outros elementos de interesse.

Passa também por uma Vigia da Baleia, onde pode apreciar parte da arriba da costa norte da ilha e perceber a importância destas infraestruturas na atividade da baleação.

Situação pretendida

Colaboração do Parque Natural da Terceira, Delegação do Turismo e da Junta de Freguesia da Serreta como parceiros no delineamento, construção do trilho.

Homologação pela Direção Regional do Turismo.

Situação atual

O projeto do trilho encontra-se em fase de articulação com os intervenientes e foi candidato ao programa Ecotur.

Trilhos - Segunda prioridade

Trilho e Miradouro da Baía das Mós

Enquadramento

O trilho e miradouro da Baía das Mós para do seu interesse paisagístico são espaços importantes para o aprofundamento da história de Portugal e Europeia uma vez que foi nesta zona que se realizou o desembarque da força castelhana de 1583, comandada por D. Álvaro de Bazán.

Situação pretendida

Conceção e colocação de placa informativa, sinalética e recipientes para resíduos pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

Situação atual

Tanto o trilho como o miradouro estão em bom estado de conservação, apenas faltando sinalização e recipientes de lixo.

NOTA: A informação a disponibilizar aos visitantes em forma de *placards* no local deve ser feita de forma coordenada entre os diversos departamentos e instituições envolvidas de forma a possibilitar uma leitura uniforme por parte do visitante quando se desloca aos diferentes locais. O Município de Angra do Heroísmo pode assumir a impressão e instalação do *placards*.

PARECER DA UGT/AÇORES
SOBRE A
ANTEPROPOSTA DAS ORIENTAÇÕES A MÉDIO PRAZO 2021/2024 DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

1. PREÂMBULO

A elaboração da proposta das Orientações a Médio Prazo, OMP 2021–2024, ocorre num contexto político e social nunca experimentado na história da Autonomia, marcado pela crise sanitária provocada pelo COVID 19 e pelos impactos económicos e sociais resultantes das medidas tomadas com vista ao seu combate, a que se associa a fase final de aplicação do PO 2014-2020, da implementação do PRR, Programa de Recuperação e Resiliência, e do início do novo quadro comunitário a vigorar no período 2021-2027 para a Região Autónoma dos Açores.

Mercê da conjugação dos resultados das últimas eleições para a ALRA, ocorridas em 25 de outubro de 2020, pela primeira vez, a Região passou a ser governada por uma coligação tripartida, à qual se junta o apoio de incidência parlamentar de outros dois partidos.

Este novo quadro político resultante das últimas eleições, os acordos parlamentares que sustentam a atual solução governativa e o novo Programa do Governo aprovado pela ALRAA, geraram junto da opinião pública e das suas instituições representativas fundadas expetativas positivas quanto ao nosso futuro coletivo na medida em que muitas das promessas e compromissos políticos programáticos assumidos vão ao encontro das propostas e reivindicações feitas pela UGTA (e também da Parceria em boa hora por nós constituída com a CCIA e a FAA) , e que, a saber, aqui se resumem:

1. Mais e melhor DEMOCRACIA, através da observância e respeito dos direitos constitucionais de audição e participação da sociedade civil organizada na definição das políticas económicas e sociais regionais em sede do Conselho Económico e Social e dos Conselhos de Ilha, bem como dos direitos constitucionais em matéria de diálogo social e negociação coletiva com os sindicatos no que toca à atividade de produção legislativa com incidência laboral por parte dos órgãos do Governo Próprio da RAA;

2. Mais e melhor DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO, assente em mais, melhores, mais diversificadas e dinâmicas empresas produtivas de bens e serviços

União Geral de Trabalhadores dos Açores (UGT-A)| NIF: 509 525 687
Rua Dr. João Francisco de Sousa, 20 R/C | 9500-187 Ponta Delgada
Telefone/Fax:. 296 283 181 | EM. acores@ugt.pt

transacionáveis, que apostem nas nossas capacidades endógenas, nomeadamente nas áreas agrícola, piscatória, transformadora e turística, geradoras de riqueza e emprego sustentáveis, promovendo-se desta forma o aumento da nossa produção e mesmo exportação da riqueza excedentária assim produzida;

3. Melhor, mais racional e eficaz, UTILIZAÇÃO DOS FUNDOS COMUNITÁRIOS alocados ao desenvolvimento económico e social dos Açores, direcionando-os prioritariamente para a recuperação, reforço e aumento da capacitação da nossa estrutura produtiva privada e do investimento público suscetível de potenciar a produção de bens e serviços transacionáveis daquela, que nos permitam obter patamares mais elevados e ambiciosos de crescimento económico do que àqueles que se registaram nos últimos anos;

4. Mais e melhor ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO NA APLICAÇÃO DOS FUNDOS COMUNITÁRIOS, assegurando-se aqui a criação de entidades independentes e mecanismos de acompanhamento e fiscalização dos mesmos à RAA em que se assegure aos parceiros sociais o seu direito de participação e acompanhamento que garantam a sua boa aplicação;

5. Mais e melhor FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL INICIAL E CONTÍNUA DOS JOVENS E DOS TRABALHADORES EM GERAL, de forma a se poder combater eficazmente o desemprego, a precariedade laboral, a perpetuação dos programas ocupacionais e os atuais índices de pobreza e iliteracia que caracterizam negativamente os Açores;

6. Mais e melhor JUSTIÇA E SOLIDARIEDADE SOCIAL, quer na distribuição da riqueza produzida, no âmbito de uma política de rendimento e preços, quer por via da política de solidariedade social a adotar, apostada em respostas sociais humanizadas a dar aos setores mais carenciados da sociedade, quer na política fiscal, através da redução da carga fiscal sobre os rendimentos dos trabalhadores em sede de IRS e IVA;

7. Mais e melhor ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, assente numa gestão mais competente, eficiente e responsável por parte dos seus dirigentes, selecionados e recrutados por uma comissão técnica independente do tipo da CRESAP, e não por mera confiança política ou partidária, e na motivação e qualificação profissional e remuneratória dos seus funcionários;

União Geral de Trabalhadores dos Açores (UGT-A)| NIF: 509 525 687
Rua Dr. João Francisco de Sousa, 20 R/C | 9500-187 Ponta Delgada
Telefone/Fax:. 296 283 181 | EM. acores@ugt.pt

8. Mais e melhor SETOR PÚBLICO EMPRESARIAL REGIONAL, assente igualmente em gestores e trabalhadores competentes e proficientes, no qual a SATA assume particular importância e preocupação por parte da UGTA.

Se é certo resultar das atuais OMP 2021/24 uma clara adesão a estas nossas propostas, e uma propositura de abertura de um novo ciclo político, económico e social, apostada numa maior proximidade com a sociedade civil e as pessoas, em mais transparência nos procedimentos e, sobretudo, em mais competência e rigor nas decisões, não podemos deixar de ter em conta a condicionante resultante da realidade em que vivemos provocada pela pandemia Covid-19.

Económica e socialmente, vivemos talvez a situação de maior constrangimento alguma vez verificada nos últimos 50 anos, a que se associa uma difícil situação financeira, face à grande redução das receitas e ao aumento das despesas, com fortes e naturais repercussões internas ao nível do normal funcionamento da nossa vivência coletiva.

Os choques provocados pela pandemia tiveram um forte impacto ao nível da procura e oferta, com reflexos imediatos nos fluxos de comércio internacional, em especial das economias mais desenvolvidas e com maior peso na atividade no comércio mundial, como destaque para a China, E.U.A. e União Europeia.

Tal conjuntura obrigou os governos a deitarem mão de políticas financeiras e orçamentais, menos ortodoxas, e a adotar medidas, de sustentação dos sistemas de saúde, de proteção social das famílias, e, de apoio às empresas e ao setor produtivo.

2. ANÁLISE E SEU DESENVOLVIMENTO

O documento das OMP 2021-2024 decorre do programa do Governo aprovado na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, e visa dar uma perspetiva global e abrangente da aposta económica e social governativa para a legislatura no período 2021- 2024.

Este documento assume particular importância na medida em que as condicionantes resultantes da atual crise pandémica, ainda de duração e dimensão incertas, estão a ter consequências profundas e gravosas a nível global e regional, esperando-se que se possa permitir aos agentes económicos e sociais organizar e planear a sua atividade no horizonte temporal de curto e médio prazo, por forma a poderem fazer opções e tomar decisões gerindo

União Geral de Trabalhadores dos Açores (UGT-A)| NIF: 509 525 687
Rua Dr. João Francisco de Sousa, 20 R/C | 9500-187 Ponta Delgada
Telefone/Fax:. 296 283 181 | EM. acores@ugt.pt

racionalmente o presente e perspetivar o futuro com relativa confiança, ou melhor, com a possível, face à evolução da situação pandémica e consequentemente da situação económica e social no período em causa.

Todavia, e, não obstante a estrutura do documento OMP 2021/2014 seguir o estipulado no diploma que institui o Sistema Regional de Planeamento dos Açores, o mesmo enferma de algumas fragilidades, porque a forma como é apresentado acaba por não cumprir com os objetivos e fins que um documento dessa natureza deve conter.

Senão, vejamos!

No documento em apreço são feitas projeções ao nível macro, do investimento público para o período em causa, quantificando por objetivo/programa os recursos financeiros a afetar em cada ano aos departamentos/governamentais (Secretarias Regionais) e sua conexão com os fundos comunitários, que, não obstante ser um indicador, deixa muitas dúvidas quanto à sua concretização/execução, conforme se tem constatado da análise às contas regionais de exercícios anteriores.

De referir, a este propósito, que segundo dados oficiais, a execução dos primeiros três anos das OMP 2017-2020, ficou em apenas 55% do total planeado, e, em relação ao anterior 2012-2016, no fim do 3º trimestre de 2016, atingia apenas 53% da dotação prevista, pelo que chegamos à conclusão de que a execução orçamental em termos de legislatura finda, pode ficar muito aquém do previsto no documento relativo às Orientações a Médio Prazo OMP 2017-2020.

Aliás, como ficou demonstrado nas execuções dos Planos de Investimentos de 2017, 2018 e 2019, que atingiram 72,2%, 83,5% e 81,8%, respetivamente em relação à dotação revista, perspetiva-se ainda uma diminuição acentuada em 2020, isto quando se sabe que embora possa atingir os 100% ao nível de compromissos, (em 2020 a taxa média era de 84%) a execução financeira dos Fundos Comunitários no âmbito do anterior quadro comunitário de apoio, 2014-2020, apesar de ser a melhor do País está ainda nos 65%.

Por outro lado, não podemos deixar de constatar que grande parte das verbas orçamentadas nas OMP 21/24 destinar-se-ão a pagar compromissos assumidos anteriormente, como por exemplo, as vias de comunicação em regime de SCUT, a Parceria Público Privada do Hospital de Angra do Heroísmo, das Entidades Públicas Empresariais que restam, Autarquias Locais, reequilíbrio do Plano Regional de Saúde e outros

União Geral de Trabalhadores dos Açores (UGT-A)| NIF: 509 525 687
Rua Dr. João Francisco de Sousa, 20 R/C | 9500-187 Ponta Delgada
Telefone/Fax:. 296 283 181 | EM. acores@ugt.pt

decorrentes de obrigações assumidas no passado, como os custos das dívidas das Empresas do Setor Público entretanto internalizadas nas contas do Orçamento Regional, etc.

Porém, **não podemos deixar de relevar o clima de descompressão e transparência nas contas gerado pela atual maioria governamental, ao assumir a mudança de paradigma de política mais apostada no apoio à economia privada reprodutiva e menos em investimento público meramente despesista e irracional**, promovendo a igualdade de oportunidades para todos, deixando que cada qual tome a decisão que entender sobre o vasto leque de opções ao seu dispor, assente na meritocracia e competência, apresentados como um exemplo, perante outros que não souberam ou não quiseram aproveitar, ou mesmo escolher um futuro digno com a condição do ser humano.

Além disso, as OMP, ao deixarem mais dinheiro no bolso dos açorianos, aproveitando a prorrogativa legal de redução máxima dos impostos na RAA em 30%, ao aceitar aquele conjunto de propostas e reivindicações, reclamadas desde há muito pela parceria formada pela UGTA, CCIA, e FAA, bem como a redução e uniformização dos preços das passagens aéreas entre as ilhas para os 60,00€, são razões suficientes de per si para merecerem não só o apoio como o aplauso da UGTA.

Os benefícios que podem advir da celebre "bazuca" – Plano de Resiliência e Recuperação (PRR), que contempla uma entrada de mais 500 milhões de euros da U.E., e a Iniciativa de Assistência à Recuperação para a Coesão e Territórios da Europa (REACT-EU) para fazer face aos graves e elevados prejuízos decorrentes da crise sanitária provocada pelo COVID 19, faz-nos acreditar que podemos ultrapassar as dificuldades com a menor dor possível, para quem perdeu o emprego ou teve de encerrar o seu negócio ou mesmo de redução da atividade.

Se os fluxos financeiros a receber ao abrigo do novo quadro comunitário 2021-2027, forem aplicados ao desenvolvimento económico e à produção de bens e serviços transacionáveis, como parece resultar do documento em apreço, gerando-se assim emprego duradoiro e sustentável, e não se bisarem políticas de investimento em mais betão, inúteis e desnecessárias, como aconteceu no passado recente, que se vieram a transformar num pesado fardo no que toca a responsabilidades financeiras para as gerações futuras, a aposta de desenvolvimento feita neste documento de OMP vai no sentido correto ao defendido pela UGTA.

União Geral de Trabalhadores dos Açores (UGT-A)| NIF: 509 525 687
Rua Dr. João Francisco de Sousa, 20 R/C | 9500-187 Ponta Delgada
Telefone/Fax:. 296 283 181 | EM. acores@ugt.pt

Só desta forma, aliás, como está ampla e sobejamente demonstrado, e como exige a Comissão Europeia (segundo a imprensa acreditada, Bruxelas já rejeitou o Plano apresentado por Portugal para 2021 – 2027 informando que há investimento a mais em betão), a Região conseguirá a liquidez financeira que promova o crescimento económico para níveis desejáveis, gerando riqueza e consequentemente melhor distribuição de rendimento, mais e melhor emprego, de modo a aproximarmo-nos do padrão de vida dos demais parceiros europeus.

3. EM CONCLUSÃO

Não obstante o contexto de incerteza resultante da atual situação pandémica, o documento das OMP 2021/2024, por apostar e apontar no sentido correto e necessário para nosso desenvolvimento económico e social harmonioso e sustentável, indo assim ao encontro das propostas e reivindicações feitas pela UGTA, merece por isso a nossa concordância genérica, acreditando-se como plenamente realizáveis as metas plasmadas no documento para a retoma de um crescimento económico robusto e saudável, decorrente da mudança de paradigma económica assumido, de consonância com a aposta na economia verde, do mar, da transição digital, e como já afirmamos anteriormente, sem esquecer a pertinência da aposta num desenvolvimento económico assente na produção de bens transacionáveis e de valor acrescentado.

Todavia entendemos ser o documento em apreço de alguma forma incompleto e até mesmo evasivo, na medida em que da sua leitura não se consegue saber ao certo quais são os valores que se encontram já afetos a compromissos plurianuais anteriormente assumidos, desconhecendo-se assim quais os montantes efetivamente disponíveis para o nosso desejado desenvolvimento económico e social, em cada ano, dificultando-se assim a tarefa de perceção por parte dos agentes económicos e sociais interessados do volume do envelope financeiro real alocado a este mesmo desenvolvimento, pelo que não podemos dar uma opinião mais pormenorizada sobre esta anteproposta das Orientações de Médio Prazo 2021-2024.

Fica aqui a nossa proposta de revisão no sentido de acolher este nosso reparo construtivo.

União Geral de Trabalhadores dos Açores (UGT-A)| NIF: 509 525 687
Rua Dr. João Francisco de Sousa, 20 R/C | 9500-187 Ponta Delgada
Telefone/Fax:. 296 283 181 | EM. acores@ugt.pt

Açores, 13 de março de 2021

UGT/AÇORES

União Geral de Trabalhadores dos Açores (UGT-A)| NIF: 509 525 687
Rua Dr. João Francisco de Sousa, 20 R/C | 9500-187 Ponta Delgada
Telefone/Fax:. 296 283 181 | EM. acores@ugt.pt

PARECER DA UGT/AÇORES SOBRE A PROPOSTA DO PLANO E ORÇAMENTO ANUAL DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES DE 2021

PREÂMBULO

O documento alusivo ao título deste parecer, o primeiro imanente das Orientações a Média Prazo para o quadriénio 2021-2024, é o reflexo do programa do XIII Governo constituído por uma coligação de três partidos, contando ainda com o apoio parlamentar de mais outros dois, aprovado em novembro último na Assembleia Legislativa Regional, situação inédita no panorama político regional desde o nascimento do Regime Autonómico em 1976.

A sua natureza marca decididamente a abertura de um novo ciclo político na nossa autonomia, na medida em que abrange um maior denominador comum face às aspirações e ambições do povo açoriano, proporcionando-lhe maior proximidade, mais debate sobre os seus interesses e consequentemente consensos mais alargados, face à maior diversidade nas ideias e ações, e acima de tudo mais transparência nos procedimentos, bem como, mais competência e rigor nas decisões.

Não obstante a situação altamente constrangedora provocada pela pandemia Covid-19, espera-se que, a prazo, o novo panorama político saído das últimas eleições, conjugado com um novo paradigma de fazer política, se traduza em melhores resultados económicos e sociais, acelerando o ritmo de aproximação aos nossos congéneres europeus e assim proporcionar um maior nível de vida aos açorianos, condizente com as suas aspirações decorrentes da adesão de Portugal à Comunidade Europeia.

CONJUNTURA EXTERNA

O ambiente e expetativas favoráveis de progresso e confiança que se respirava em 2019 nas sociedades por quase todo o mundo, depressa se desvaneceu perante o surgimento da inesperada situação sanitária provocada pela propagação do coronavírus SARS-COV-2 responsável pela doença COVID 19.

Segundo previsões dos principais Institutos da Especialidade, como o FMI, OCDE, Eurostat, Comissão Europeia, etc., tal situação traduziu-.se em 2020 por quedas acentuadas no crescimento económico na generalidade das economias mundiais, aproximando-se, mais ou

União Geral de Trabalhadores dos Açores (UGT-A)| NIF: 509 525 687
Rua Dr. João Francisco de Sousa, 20 R/C | 9500-187 Ponta Delgada
Telefone/Fax:. 296 283 181 | EM. acores@ugt.pt

menos décima, dos indicadores constantes na tabela do primeiro capítulo da Anteproposta do Plano de Investimentos da RAA para 2021.

Desde os E.U.A, o Japão, países da zona euro, até à China, que, embora ainda com um crescimento positivo de 1,9%, a queda caiu para o intervalo entre os 6, e os 7% nos últimos anos. E suma, os efeitos nefastos provocados pela pandemia são avassaladores, agravando-se por quase todo o planeta à medida da fragilidade das estruturas económicas e sociais dos países atingidos, em especial nas economias mais vulneráveis a choques externos.

Conjunturalmente, os choques provocados pela pandemia tiveram um forte impacto ao nível da procura e oferta com reflexos imediatos nos fluxos de comércio internacional, o que obrigou os governos a deitarem mão de políticas financeiras e orçamentais, menos ortodoxas, e a adotar medidas, de sustentação dos sistemas de saúde, de proteção social das famílias, de apoio às empresas e ao setor produtivo, a que se junta um elevado esforço financeiro público e privado de apoio à investigação cientifica para combater tão grave e funesta enfermidade.

Neste contexto, e, não obstante alguns contratempos, graças à implementação de programas de vacinação em massa em curso, prevê-se que em 2021 o comércio mundial cresça 8,2%, enquanto o crescimento do produto rondará os 5,2%.

Nas economias avançadas estima-se, para 2021, uma aceleração do PIB em 3,9%, sobretudo devido ao crescimento no Reino Unido (5,9%), nos países da zona euro (5,2%) e nos Estados Unidos (3,2%).

Também, para as economias emergentes, estima-se um crescimento do PIB de 6%, à conta do contributo de forma significativa para essa aceleração dos aumentos de produção previstos para a Índia com (8,8%) e para a China com (8,2%).

Esta tão desejada melhoria, para além dos efeitos benéficos incontornáveis, nos diversos setores de atividade económica, repercutindo-se desde logo na recuperação do emprego, e do rendimento das famílias, contribui também para o alívio de tensões sociais e psicológicas acumuladas nas pessoas e sociedade em geral durante a crise, ao mesmo tempo que se constitui num fator de esperança e geradora das energias positivas tão necessários para a retoma que todos veementemente anseiam e desejam.

Portugal que vinha a registar uma trajetória de melhoria nos seus indicadores económicos e socias nos últimos anos, diminuindo o peso da dívida pública no PIB e atingindo mesmo um saldo orçamental de 0,2% do PIB, em 2019, a que correspondeu ao primeiro excedente das

últimas décadas, sentiu esta pandemia ainda com maior violência uma vez que possui uma economia relativamente débil e extremamente exposta a choques externos.

Os seus efeitos repercutiram-se em toda a atividade económica, com principal acuidade ao nível do setor emergente do turismo, com os inevitáveis efeitos negativos nos transportes aéreos, agências de viagens, hotelaria, restauração, bares, e demais serviços conexos.

Tal como nos outros países, a prioridade passou a centrar-se nos aspetos higiénicos sanitários de combate à pandemia, reforçando os meios e recursos no Serviço Nacional de Saúde (SNS), ao mesmo tempo que se tentava mitigar o mais possível os efeitos desta enfermidade na economia, adotando medidas de apoio às empresas, ao emprego e famílias, designadamente ao nível de moratórias de empréstimos bancários, adiamento de pagamento de taxas e impostos, introdução de apoios especiais ao emprego e desemprego, como por exemplo no lay-of, na formação profissional, etc.

De acordo com os institutos da especialidade, como o Banco de Portugal, INE, Eurostat, FMI, Comissão Europeia, a consequência direta da situação acima descrita, vai-se repercutir no agravamento dos indicadores de conjuntura usualmente apresentados para caraterizarem o nível de desenvolvimento dos países, como o PIB, que sofrerá uma quebra em 2020, entre -8% e os -9% relativamente ao ano anterior, bem como do aumento da dívida pública que em 2019 era de 117,7% do PIB, segundo os dados preliminares do Banco de Portugal, Comissão Europeia, FMI etc., sofrerá um incremento entre os 18% e 19% entre os 135,%, e os 137%. cerca de 270,4 mil milhões de euros na ótica Maastricht.

Por isso, é fundamental que os 14 mil milhões de euros que Portugal vai receber ao abrigo do Plano de Recuperação e Resiliência, aprovado pela U.E, que vigorará entre 2021 e 2026, sirvam para a recuperação da situação económica e social provocada pela pandemia, mas também em conjunto com o quadro comunitário de apoio 2021 – 2027, nos catapulte para patamares próximos dos nossos parceiros europeus em termos de desenvolvimento económico e social.

CONJUNTURA INTERNA

À semelhança do país, a região, sofreu um violento embate, uma vez que aquele desiderato dependia essencialmente do setor do turismo, que atingiu o seu apogeu em todos os indicadores, ao bater todos os recordes da sua história neste domínio em 2019, desde passageiros desembarcados, dormidas, taxas de ocupação, receita por turista, etc.

Também por cá, foram necessários reforços dos recursos do Serviço Regional de Saúde, e um plano de combate para conter o vírus que foi sendo ajustado à medida das necessidades a fim de se mitigar o mais possível os efeitos da pandemia na economia, protegendo as empresas e o emprego, com meças idênticas às nacionais e até reforçadas nalgumas situações.

As estimativas relativas ao PIB apontam para valores entre os -7,2% e os -7,3%, no que é acompanhado pelo Indicador de Atividade Económica mantendo-se negativo desde o 2º trimestre de 2020, que embora sem previsões em relação ao PIB, mas a avaliar pelos dados publicados no boletim estatístico do SREA relativo ao 4º trimestre de 2020, o Indicador de Atividade Económica mantém-se se negativo desde o 2º trimestre de 2020, que embora com tendência de melhoria regista em dezembro um resultado de -2,7%, de alguma forma preocupante face à disparidade em termos homólogos em relação ao mesmo mês do ano 2019, que apresentou um valor positivo de 1,8%.

O mesmo comportamento se verificou no ICP, Indicador do Consumo Privado, a partir do 2º trimestre de 2020, registando, no entanto, um valor positivo de 0,2% em dezembro, mas ainda distante em termos homólogos que registou 2,9%.

O consumo de energia elétrica sofreu uma redução de 1,6%, relativamente ao 4.º trimestre de 2019, com uma redução acentuada do consumo no setor do comércio e serviços (-8,8%).

Desembarcaram menos 59,2% de passageiros por via aérea e houve menos 63,3% de dormidas no 4.º trimestre de 2020, face ao período homólogo.

Mercê das circunstâncias sanitárias, e como se pode deduzir dos indicadores atrás referidos, a criação de emprego em termos homólogos foi negativa desde o 2º trimestre de 2020.

Todavia, e não obstante os indicadores globalmente negativos, a taxa de desemprego na Região Autónoma dos Açores situou-se em 5,5% no 4º trimestre de 2020, apresentando uma diminuição de 2,1 pontos percentuais (p.p.) relativamente ao trimestre homólogo e de menos 1,2 p.p., mercê, convenhamos, dos apoios e medidas de mitigação desencadeadas pelo Governo em conjugação com as Câmaras Municipais e outras entidades, face à situação pandémica.

O efeito agregado destes indicadores ao longo dos anos, e não obstante os milhões de euros da UE injetados na economia açoriana desde a nossa adesão, traduziram-se num fraco desempenho em termos de melhoria/aproximação aos padrões de vida dos nossos parceiros europeus, demonstrada pela resiliência ou mesmo estagnação em termos de PIB per capita, que nos últimos anos desde 2012 tem andado entre os78% e 81% e 67% e os 69%, respetivamente.

Estamos, assim, perante um negativo cenário económico e social, a que se associa uma difícil situação financeira, face à grande redução das receitas e ao aumento das despesas, com fortes e naturais repercussões internas ao nível do normal funcionamento da nossa vivência coletiva.

Este contexto, associado à condição de pequena economia extremamente aberta, potenciado pelo afastamento dos grandes centros de decisão europeus e da fragmentação territorial, fazem do Plano e Orçamento de Investimentos do Governo Regional dos Acores um instrumento político fundamental, tendo em vista o pretendido desenvolvimento económico e social, sustentável e em acelerada aproximação à média nacional e comunitária.

A este propósito a UGTA releva positivamente o facto do Governo Regional, pela primeira vez, ter entregue e disponibilizado ao Conselho Económico e Social dos Açores a proposta completa de Orçamento para 2021, documento fundamental, de há muito reclamado pelos parceiros sociais, para a perceção da aplicação concreta dos recursos às políticas adotadas.

Espera agora a UGTA, que no âmbito do aprofundamento da nossa Democracia, o Governo Regional respeite e cumpra a Constituição e a lei em matéria de negociação coletiva prévia com os sindicatos quanto às normas orçamentais sobre a Administração Pública e os seus trabalhadores.

POLÍTICAS SECTORIAIS

POLÍTICAS PARA COESÃO E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

- **Solidariedade Social**

Trata-se do duma área particularmente cara à UGT Açores, porquanto abarca as preocupações que temos vindo a manifestar há longos anos, tendo em vista a criação duma sociedade mais próspera, justa e solidária.

Para o efeito, e sobretudo no momento atual, de grandes provações infligidas à nossa sociedade por via da pandemia do COVI 19, **é essencial manter e até aprofundar as medidas de apoio ao emprego e à salvaguarda do rendimento dos trabalhadores e suas famílias.**

Preconizamos uma política de cooperação mais ativa com as IPSS/Misericórdias, reforçando-se o apoio às instituições que atuam na área do combate à pobreza e à exclusão social, e no apoio domiciliário e assistência familiar dos idosos mais carenciados, bem como no apoio à prestação de cuidados de retaguarda a pessoas acamadas e em evidentes condições de fragilidade física ou psicológica.

Porque a solidariedade social não deve esquecer os seus agentes, a UGTA entende necessário apostar também na valorização profissional e remuneratória dos trabalhadores das IPSS/Misericórdias como forma de reconhecimento do importante e efetivo papel que desempenham no setor.

- **Igualdade, Inclusão Social e Combate à Pobreza**

Continuando a Região neste domínio a ocupar os últimos lugares no ranking nacional e europeu, torna-se importante uma atenção especial no sentido de se inverter esta situação.
Assim, as medidas propostas parecem ir no bom sentido.

- **Habitação**

Existindo ainda carências neste setor, **a UGTA entende importante priorizar o apoio habitacional aos mais pobres e desfavorecidos através da aquisição ou melhoria de habitações nas localidades onde residem, por forma a evitar-se a criação guetos como se verifica hoje em dia nalgumas localidades da Região**.
Por outro lado, entende a UGTA também que se deveria dar mais oportunidades a quem quer construir casa própria, disponibilizando ao mesmo tempo terrenos loteados nas respetivas localidades, reforçando o orçamentalmente se necessário o programa de autoconstrução, evitando-se assim o fenómeno acima mencionado provocado pela construção em massa, e em altura, descaracterizando urbano e paisagisticamente as nossas freguesias.
Além disso, a UGTA entende prioritário concluir alguns empreendimentos habitacionais inacabados desde a crise financeira que eclodiu em 2008.

- **Educação**

Registamos com agrado o esforço de requalificação do parque escolar regional, especialmente no que toca às escolas com coberturas de amianto, material nocivo, porque tóxico e cancerígeno.
Neste setor, **a UGTA reivindica um levantamento das necessidades permanentes em termos de pessoal não docente e a adoção de um programa urgente de regularização dos vínculos precários dos trabalhadores nesta área, à semelhança do que se fez, e bem, com os professores contratados.**

- **Saúde**

Face à situação pandémica que vivemos atualmente, a discussão do tema em apreço tornou-se incontornável nos dias que correm. Ficaram a descoberto, melhor dizendo a nu, as inúmeras deficiências, que este setor enfrenta em termos humanos e materiais, não obstante a dívida astronómica que vem acumulando há longos anos, mercê de políticas completamente erradas e desajustadas da realidade e porventura de gestões incompetentes.

É verdade que o combate à pandemia obrigou a uma maior alocação de recursos financeiros, mas temos de reconhecer que o seu sucesso se deveu e deve-se sobretudo ao profissionalismo e competências do pessoal que trabalha nesta área, desde médicos, enfermeiros, técnicos de diagnóstico, auxiliares de ação médica, tripulantes de ambulância, polícia, enfim todos os envolvidos, que não se pouparam a esforços para que tudo corresse e corra bem.

É por isso legitimo e da mais elementar justiça, dotar os hospitais e centros de saúde com os meios materiais e humanos necessários para o cabal cumprimento das suas funções. **Daí a UGTA defender e reivindicar a necessidade de proceder a uma valorização profissional e remuneratório dos trabalhadores da saúde, a começar pela aplicação e implementação dos acordos de carreira dos trabalhadores dos hospitais da Região com CITs recentemente celebrados com os sindicatos do setor.**

Aproveitamos o ensejo, para mais uma vez alertar a Secretaria Regional da Saúde, para compelir os serviços sobre a sua tutela para o cabal cumprimento da legislação no que toca à classificação e avaliação dos seus funcionários, que estão a ser altamente prejudicados nas suas progressões por falta de avaliação, designadamente, nos centros de saúde e hospitais.

- **Juventude**

As gerações futuras enfrentam hoje um dos maiores desafios da sua vida, que é decidiram se continuam cá na sua terra ou procuram tal como os seus avós e antepassados outras paragens para constituírem família e viverem com a dignidade e felicidade que qualquer ser humano ambiciona, que é terem um trabalho/emprego que lhes proporcione um salário condigno com a condição do ser humano.

Temos de reconhecer que a nossa geração, que está no poder e toma decisões, que tantos recursos financeiros teve e tem à sua disposição, que até se orgulha de viver em democracia, liberdade e pertencer à União Europeia, não consegue deixar aos seus filhos uma perspetiva de vida futura melhor do que a que receberam dos seus pais.

Não basta fazer escolas e dar-se formação profissional, é necessário proporcionar-lhes o emprego, que, só existirá se houver pessoas dispostas a investir na criação de empresas, pelo que insta a elite política e o governo para a criação condições para que isto aconteça, não só criando as infraestruturas necessárias, mas também dando incentivos, e ao mesmo tempo baixando impostos taxas e derramas a que se associa uma menor burocracia.

É, pois, por isso, que a UGT Açores se insurge contra o compadrio e amadorismo reinante na sociedade atual, e exige maior rigor, maior controlo e mais competência na gestão do dinheiro e erário públicos, para o que apela mais uma vez para uma vigilância apertada a quem lhe compete, e a atuação severa e exemplar da justiça para quem prevarica.

- **Qualificação Profissional e Emprego**

Não obstante o propósito e boas intenções das ações aqui incluídas tendo em vista a criação de emprego duradoiro e sustentável, através de fortes apoios comunitários, quer quanto à empregabilidade, quer quanto à formação e qualificação dos ativos, sobretudo dos jovens e desempregados de longa duração, nem por isso os resultados têm ido de encontro às expetativas, pois o desfasamento entre a oferta e procura no mercado de trabalho, leva a que grande parte dos formados ou requalificados não consiga colocação na sua área de formação.

Nesta conformidade, **a UGTA entende ser necessária uma maior articulação entre empresários/entidades empregadoras, sindicatos e Governo Regional dos Acores, em sede da Comissão Permanente da Concertação Social, e não só, e em estreita ligação com o respetivo departamento governamental, na aprovação e lançamento de programas de formação a ministrar de forma a satisfazer as necessidades do mercado, especialmente no setor que se tem revelado nos últimos tempos bastante dinâmico, o do turismo.**

O fato de alguns concursos de obras públicas terem ficado desertos ultimamente leva-nos a acreditar que será necessário um plano de formação profissional específico, articulado com os agentes do setor da construção civil, que carecerá eventualmente de algum plano paralelo ou complementar de recuperação e recapitalização de algumas empresas de construção civil.

Registamos, simultaneamente, a diminuição dos trabalhadores colocados em programas ocupacionais.

Todavia, dado a situação atual que atravessamos, a UGTA admite a continuação destes programas ocupacionais como forma de mitigar os presentes impactos económicos e sociais provocados pela pandemia, entendendo, porém, que os mesmos devem ser progressivamente substituídos por programas ativos de emprego, até que a economia privada consiga gerar de per si ofertas líquidas de empregabilidade.

Neste contexto, a UGTA saúda a decisão política de se reativar a Escola de Formação Profissional das Capelas, vocacionando-a para a formação deste tipo de atividades formativas de âmbito profissional, com o propósito de a direcionar para o sistema de formação dual, largamente aplicado noutros países e regiões da U.E.

UM FUTURO MAIS DIGITAL E ECOLÓGICO NO SEIO DA SOCIEDADE DO CONHECIMENTO

- **Competitividade Empresarial e Empreendedorismo**

A mudança de paradigma de desenvolvimento económico, que este Governo se propõe levar a cabo no seu programa de governo, aponta para mais e melhor investimento vocacionado para a produção de bens e serviços transacionáveis, essencialmente os virados para a substituição de importações e para a exportação, apostando-se assim na geração de emprego duradoiro, sustentável, bem remunerado e com direitos, proporcionando-se desta forma a realização pessoal e profissional dos trabalhadores açorianos e a subsequente fixação na Região dos mais capazes e qualificados.

Daí, a UGTA reivindicar há anos, de per si ou em parceria com a CCCI, Câmara do Comércio e Indústria dos Açores, e a FAA, Federação Agrícola dos Açores, uma política de aplicação de incentivos económicos e financeiros às empresas, complementada com o seu gradual desagravamento ou alívio fiscal, tornando-as deste modo mais competitivas e capazes de sobreviverem num mercado cada vez mais globalizado, aliás, a exemplo do que já fazem há muito tempo alguns países e regiões que pertencem à União Europeia.

Neste contexto, a UGTA advoga a adoção de uma política rigorosa, criteriosa e transparente na concessão de apoios aos investimentos a realizar, que se traduzam na

criação duma economia robusta, sustentável e geradora empregos duradoiros e bem remunerados.

Não obstante os esforços que estão a ser feitos, e dos benefícios decorrentes do Plano de Recuperação e Resiliência, para salvar o maior número de empresas, e com isto milhares de empregos, a UGTA alerta para a necessidade de se diversificar o investimento face aos riscos e vulnerabilidade associados a fatores exógenos como a que ocorreu especialmente no setor do turismo devido à situação pandémica provocada pelo COVID 19. O Plano de Viabilização da SATA, pela sua importância e projeção no setor do turismo regional, merece da nossa parte amplo apoio e consenso, desde que o mesmo se direcione para o efetivo saneamento económico e financeiro da SATA e procure ao máximo salvaguardar os postos de trabalho dos seus profissionais.

- **Pescas e Mar**

A condição de região insular, possuidor duma grande área marítima, confere uma grande importância ao programa de Pescas e Aquacultura, face ao enorme potencial para a nossa economia, devendo merecer a maior atenção por parte do Governo Regional.

Neste plano, a UGTA reivindica uma especial atenção e esforço por parte do Governo Regional no sentido de atrair mais e melhor investimento nesta área, designadamente na modernização e aumento da nossa frota de pesca, na captação de investimentos para a indústria de transformação de pescado e para o setor da aquacultura, que sendo um tipo de atividade de mão-de-obra intensiva pode absorver parte apreciável do desemprego feminino, ainda elevado na Região.

- **Ciência, Tecnologia, Inovação e Transição Digital**

Hoje, mais do que nunca, a condição chave para o desenvolvimento e progresso de qualquer sociedade tem por base a conjugação destes conceitos, através da ligação das universidades e centros de conhecimento com o mundo real, sobretudo ao nível empresarial e institucional.

Para se conseguir este desiderato, preconizamos a adoção de políticas de cooperação com a Universidade dos Açores, estabelecendo protocolos e encomendando estudos e trabalhos que a Região necessite para que esta instituição em conjunto com o mundo empresarial e outras instituições públicas e da sociedade civil, consiga aproveitar todos os fundos comunitários que

estão à sua disposição, proporcionando-lhe ao mesmo tempo a visibilidade e projeção que necessita para se afirmar no panorama universitário nacional e até internacional, para o que deve contar também com a colaboração do Governo Central, no que diz respeito ao cumprimento dos seus compromissos e obrigações financeiras com a Universidade dos Açores.

- **Ambiente e Alterações Climáticas**

Embora reconhecendo que este fenómeno não depende só de nós, os Açores não vivem numa campânula que os proteja da poluição feita por outros e espalhada planetariamente pelas condições atmosféricas, continuamos a apelar para uma afetação eficiente dos recursos disponíveis para ações e medidas de proteção do ambiente e belezas naturais, bem como das nossas condições de saúde.

- **Ordenamento do Território e Recursos Hídricos**

Uma correta política relativa ao setor acima, aliada a uma mais eficiente utilização dos recursos energéticos com origem na natureza, na nossa localização geográfica, situada a meio do Atlântico Norte entre os Estados Unidos e a União Europeia, poderá ser sem dúvida a chave de sucesso para o nosso futuro, porquanto podemo-nos apresentar ao mundo como região livre da pegada de carbono e sem poluição agressiva dos grandes centros urbanos e industriais.

Por isso, apoiamos as medidas que vão ao encontro deste desígnio, mas que seja sustentável e não castradora do nosso desenvolvimento económico. De nada nos serve se tivermos a energia mais limpa do mundo, mas se o seu custo for tão alto que a torne inacessível aos nossos consumidores.

- **Comércio e Indústria**

São atividades que têm um elevado peso na nossa economia, pelo que preconizamos uma mudança de políticas por forma a atrair, investimentos capazes de gerarem riqueza, e consequentemente uma eficiente distribuição de rendimentos via ordenados remunerados condignamente.

Nunca é demais alertar para o facto de atualmente cada vez mais trabalhadores auferirem o salário mínimo, marca dum progressivo empobrecimento e indicador duma sociedade pouco desenvolvida, para o que é necessário efetivamente uma mudança no paradigma de desenvolvimento económico, que esperamos ser implementado, conforme assumido no programa do Governo.

Saliente-se que em 2005 existiam 5,2% dos trabalhadores por conta doutrem a aferirem o salário mínimo em Portugal, hoje esta realidade atinge mais de 23% daqueles, numa vertiginosa aproximação ao salário médio o que tem gerado grande indignação e fortes sentimentos de injustiça e até marginalização social nos trabalhadores, levando sobretudo, os mais qualificados a procurarem outros países ou regiões para terem uma vida condigna, de acordo com as suas aspirações e competências, como está sobejamente demonstrado por toda a parte onde há emigrantes portugueses, açorianos neste caso.

É de todo incompreensível e mesmo repugnante, que após tantos milhões de euros oferecidos pela União Europeia para o nosso desenvolvimento económico e melhoria das nossas condições de vida, nos encontremos nesta situação.

Para ultrapassarmos tão confrangedora e inquietante situação preconizamos e reiteramos as reivindicações dos últimos anos:

1. Melhor, mais racional e eficaz, **utilização dos Fundos Comunitários** alocados ao desenvolvimento económico e social dos Açores, direcionando-os prioritariamente para a recuperação, aumento da capacidade da nossa estrutura produtiva potenciando a produção de bens e serviços transacionáveis, que nos permitam obter patamares mais elevados e ambiciosos de crescimento económico do que àqueles que se registaram nos últimos anos.

2. Uma escolha criteriosa nos investimentos que terão de ser vocacionados para o **Desenvolvimento Económico**, assente na diversidade e dinâmica de empresas produtivas de bens e serviços transacionáveis, que apostem nas nossas capacidades endógenas, nomeadamente nas áreas agrícola, piscatória, transformadora e turística, geradoras de riqueza e emprego sustentáveis, promovendo-se desta forma o aumento da nossa produção virada para a exportação ou substituição de importação;

3. Mais e melhor **acompanhamento no controlo e fiscalização na aplicação dos Fundos Comunitários**, através da criação de entidades independentes permitindo o escrutínio e

mecanismos quanto à sua atribuição e aplicação, permitindo ao mesmo tempo o acompanhamento do processo aos parceiros sociais;

4 - Mais e melhor **formação e qualificação profissional inicial e contínua dos jovens e dos trabalhadores em geral**, como forma de se combater eficazmente o desemprego, a precariedade laboral, a perpetuação dos programas ocupacionais e os atuais índices de pobreza e iliteracia que caracterizam negativamente os Açores;

UMA GOVERNAÇÃO AO SERVIÇO DAS PESSOAS, PRÓXIMA E TRANSPARENTE

- **Informação e Comunicação Social**

Para além da melhoria que o Governo pretende introduzir no seu portal de comunicação Internet, proporcionando uma maior e melhor acessibilidade da sua atividade aos cidadãos açorianos, e uma boa interação com os agentes económicos e outras instituições públicas, achamos que deve manter o seu papel de apoio à comunicação social regional, com regulamentos e regras claras, em obediência ao princípio de independência, autonomia e imparcialidade que se deseja da Comunicação Social.

Atendendo às dificuldades económicas e financeiras face à pequena dimensão das empresas de comunicação social, aliado à dispersão territorial do mercado regional, faz com que o apoio público à comunicação social seja considerado como uma medida imprescindível para a sua sobrevivência.

Neste particular a RTP Açores, pelo seu relevante papel de divulgação externa e ligação com a nossa diáspora, deve ser objeto de atenção especial por parte do Governo Regional para que sejam reforçados os meios humanos, de ter um lugar destaque que já teve outrora no meio televisivo.

- **Modernização, Eficiência e Transparência da Administração Pública**

A UGTA reivindica maior atenção e ação do Governo Regional na reforma e modernização da nossa Administração Pública Regional, que lhe empreste racionalidade e eficácia quer na sua organização quer no seu funcionamento, exortando desde logo para a necessidade imperiosa do cumprimento dos procedimentos e prazos do sistema de avaliação no âmbito do SIADAPRA, porquanto a sua reiterada falta de cumprimento tem provocado atrasos

incompreensíveis e inaceitáveis nas progressões nas carreiras dos funcionários públicos, constituindo um grave motivo de descrença, desânimo e desmotivação profissional destes trabalhadores.

Reivindicamos também, a adoção de medidas administrativas tendo em vista a redução da burocracia e das moras na atuação da administração pública, removendo entraves e delongas na resposta aos cidadãos que têm assuntos pendentes na Administração Regional.

A UGTA preconiza ainda a adoção de uma política de defesa do serviço público, designadamente através da promoção ou reforço da política da prestação de serviços públicos nos sectores da saúde e da educação, assegurando a sua qualidade e acesso universal, como instrumentos indispensáveis de aproximação ao modelo de desenvolvimento económico e social europeu.

Não obstante o processo regional de regularização dos vínculos precários, lançado pelo anterior Governo, constatamos não estar ainda o mesmo concluído mostrando-se mesmo insuficiente para satisfazer as necessidades regulares e permanentes dos serviços públicos da educação e da saúde na Região, pelo que se alerta para a necessidade de se proceder a um derradeiro esforço de regularização de vínculos precários na administração pública regional, que abranja os trabalhadores em programas ocupacionais.

A UGTA advoga o reforço da atividade das Inspeções Regionais do Trabalho e Segurança Social, como forma de combater os abusos das entidades patronais que se têm verificado neste domínio, sobretudo nas atividades ligadas ao setor do turismo e serviços.

- **Obras Públicas e Transportes Terrestres e Comunicações**

Trata-se de um departamento governamental que tirando as obras de construção escolar, e ao pagamento dos compromissos decorrentes do contrato das SCUT, não tem obras de vulto em execução ou projeção.

Todavia ainda desempenha um papel importante ao nível manutenção e conservação das infraestruturas de transportes e comunicações, conjugado com uma política eficiente de transportes permitindo a mobilidade e acessibilidade internas, face à esperada retoma do setor do turismo na Região.

O impulso dado por este setor à economia, quer pelas receitas geradas, quer pelo aumento do emprego, em sumula pela melhoria verificada em todas as atividades conexas, são a prova que devemos continuar a apostar na melhoria dos equipamentos e infraestruturas de apoio ao turismo.

- **Transportes Aéreos e Marítimos**

É o setor cujo departamento governamental abrange a maior dotação orçamental, uma vez que tem a seu cargo a construção do porto das Flores e o plano de restruturação da SATA, bem como as indemnizações compensatórias ao transporte entre ilhas.

Quanto ao transporte aéreo queremos destacar e mesmo aplaudir a aplicação da tarifa única de 60,00 euros por passageiro entre ilhas.

De resto, espera-se que se concretize a 100% os projetos e obras em curso uma vez que são primordiais para coesão económica e desenvolvimento dos Açores, como é reconhecido pela União Europeia ao financiar estes projetos.

- **Turismo**

Sem dúvida um dos setores emergentes mais afetado pela situação pandémica que vivemos, tem de haver uma atenção especial, logo que ultrapassados os constrangimentos provocados pela enfermidade que nos atinge, acalentamos a esperança de que será um dos setores que beneficiará uma retoma mais rápida.

O apoio financeiro ao setor e aos postos de trabalho por ele gerados é fundamental para a nossa rápida recuperação e desenvolvimento económico.

Alerta-se mais uma vez para importância da formação profissional neste setor, pelo que se exige aqui um reforço substancial das ações de formação profissional.

- **Assuntos Europeus e Cooperação Externa**

A condição dos Açores de região autónoma com governo próprio confere-lhe um papel limitado no âmbito das relações externas, todavia é-lhe permitido alguma intervenção sobretudo no

domínio das especificidades próprias, pelo que é muito importante a sua presença nos mais diversos fóruns internacionais, sobretudo a nível europeu e dos países com forte presença da diáspora emigração açoriana por forma a obter vantagens num mundo cada vez mais globalizado.

IV. INVESTIMENTO PÚBLICO

Quanto à **Dotação do Plano**

Os valores de despesa de investimento público previsto para o plano anual de 2021 é o que emana das Orientações a Médio Prazo para o quadriénio 2021-2024, ascendendo a 942,2 milhões de euros, dos quais 720,8 milhões são da responsabilidade direta do Governo Regional, ou seja, dos seus departamentos, a que juntam as que são executadas por entidades públicas que, em articulação com as respetivas tutelas governamentais, promovem projetos de investimento estratégicos.

Como se pode ver, conta com um fluxo financeiro externo de Outros Fundos no valor de 221, 4 milhões de euros, maioritariamente provenientes da União Europeia, que o transforma no Plano com maior dotação no quadriénio em questão.

Convenhamos que, independentemente das alterações inerentes à natureza previsional que possam ocorrer na sua programação face às contingências e vicissitudes, decorrentes de imprevistos e fatores exógenos, como por exemplo a pandemia que nos atinge, ou as catástrofes naturais que não raramente ocorrem na nossa região, para nós mais relevante que o seu planeamento ou programação, é a sua execução, que espera-se ser o mais próximo possível do ótimo, que é os 100%.

Mais, aguardamos com expetativa face à mudança do Panorama Político, que a maior parte das despesas se traduzem em verdadeiro investimento.

Quanto aos V e VI capítulos, designadamente da programação, e dos fundos comunitários não vamos emitir opinião, porquanto não estamos ma posse dos dados que nos permitam fazer uma análise criteriosa e consequente, quanto às dotações e articulação que tem de existir nos departamentos governamentais, ou instituições deles dependentes, esperando, no entanto, que este exercício se traduza em verdadeiro crescimento económico e melhoria das condições de vida dos açorianos.

ABORDAGEM ENGLOBANDO O ORÇAMENTO PARA 2021

Como afirmamos no início, o Governo Regional apresentou este ano ao CESA, pela primeira vez, a Anteproposta do Orçamento da RAA para 2021, o que nos permite uma visão mais

concreta e precisa da forma como se pretende aplicar e distribuir as verbas e fundos durante o corrente ano, logo a emissão de um parecer mais fundamentado e consequente. É uma atitude que abre caminho ao cumprimento efetivo dos preceitos constitucionais e legais em matéria de audição, da participação, do diálogo e concertação social com os parceiros sociais.

Falta ainda seguir-se o cumprimento da negociação coletiva quanto às normas da proposta de ORAA referentes aos trabalhadores da Administração Pública, que se aguarda ansiosamente.

De referir que a dotação do Plano corresponde a cerca de 58,72% da dotação global prevista no orçamento para 2021 que ascende a 1 604, 6 milhões de euros, que se traduz num aumento de 2,58% relativamente a 2020.

Estima-se que as receitas próprias atinjam o montante de 864,4 milhões de euros, verificando-se um acréscimo de 19,9% face ao ano de 2020, em que 78,1% do respetivo total é proveniente das receitas fiscais, aproximadamente 675,3 milhões de euros, representando estas um acréscimo de 4,68% relativamente a 2020.

Dos dados acima, pode-se inferir que mesmo contando com a redução da taxa de impostos, para o máximo permitido legalmente, para 30%, a Região continua a arrecadar mais receita, e ao mesmo tempo aumenta o rendimento disponível dos açorianos, especialmente da classe média que tem sido a principal vítima por erros e opções de investimento erradas, não tomadas por ela.

Por isso congratulamo-nos com o fato, e esperamos também que o Governo cumpra com outras promessas de devolução de rendimentos aos açorianos por outras vias, como consta no seu programa para a legislatura, tal como as progressões gestionárias na Administração Pública, o aumento do complemento regional do abono de família e do complemento social a idosos, bem como com a atualização da remuneração complementar dos funcionários públicos.

Açores, 23 de março de 2021

UGT/AÇORES

União Geral de Trabalhadores dos Açores (UGT-A)| NIF: 509 525 687
Rua Dr. João Francisco de Sousa, 20 R/C | 9500-187 Ponta Delgada
Telefone/Fax:. 296 283 181 | EM. acores@ugt.pt

URIPSSA

União Regional das Instituições Particulares de Solidariedade Social dos Açores

Assunto: Parecer sobre a Anteproposta do ORAA e Plano para 2021

A URIPSSA, congratula o XIII Governo Regional dos Açores por o Plano Regional Anual para 2021 contemplar ações que vão ao encontro das pretensões das IPSS dos Açores ao preverem projetos de intervenção social pertinentes para a proteção e coesão e emite parecer positivo na generalidade quanto à Anteproposta do ORAA e Plano Regional Anual para 2021.

Gostaríamos de frisar a existência de mais de 65 IPSS e Misericórdias na Ilha Terceira que ao longo dos anos tem criado vários postos de trabalho e, em **parceria** com o Governo Regional dos Açores nas suas políticas sociais, tem efetuado um excelente trabalho de apoio à nossa comunidade mais fragilizada e não só.

Relembramos que as IPSS têm valências de apoio à nossa comunidade, desde;

-Na Juventude- Creches, Jardins de Infância, Centro atividades tempos livres e Lares de acolhimento de Jovens;

-Idosos - Estruturas Residenciais Para Idosos-Serviço de Apoio ao Domicilio-Centro de dia, Apoio ao cuidador informal e centro de convívios;

-Lares residências para a deficiência, Centro de atividades ocupacionais;

-Outras áreas de apoio à comunidade - Cantina social, abrigo amigo, vítimas de maus tratos e outros.

Analisando o Plano Regional Anual para 2021 focámos a nossa atenção nos seguintes programas que nos parecem necessitar serem reforçados.

Infância e Juventude, a anotar que a criação de uma rede de respostas personalizadas de apoio à infância em termos de mini-creches deverá ser bem equacionada e enquadrada, e só nas situações em que não pode o serviço ser assegurado por nenhuma IPSS com a valência de creche, sob pena do custo por utente destas ser maior e a criação de novos postos de trabalho que poderão futuramente tornar-se precários caso haja encerramento destas estruturas por falta de utentes. Assim recomendamos o apoio no aumento das respostas sociais já

existentes nas IPSS que tem a capacidade de maior estabilidade face à variação do número de utentes e ao seu custo. Consideramos prioritário o aumento das vagas protocoladas nas IPSS com valências de creche e jardim de infância para um reforço estrutural adequado, mais ajustado às reais necessidades da população.

Família, Comunidade e Serviços, não poderíamos estar mais de acordo quanto à proposta de apoio e melhoramento da frota automóvel elétrica ou hibrída nas IPSS, medida que melhora em muito o ambiente na região e consequentemente a nossa sustentabilidade. Recomendamos como forma de incentivo que o Governo Regional continue na sua aposta de apoio às IPSS, do programa "Mobilidade Solidária" a esta medida podiam acrescentar às IPSS que optarem pela aquisição deste tipo de viaturas estivessem também isentas do pagamento do IVA das mesmas.

Idosos, concordamos plenamente no melhoramento da qualidade de vida dos mesmos seja em resposta ERPI seja em ambiente familiar da resposta *Aging in Place*. Reforçamos a disponibilidade das IPSS para serem parceiros neste projeto considerando que já existem equipas técnicas, desde enfermagem, psicólogos, assistentes sociais, animadores sociais e outros, com conhecimento das necessidades desta população. Estas IPSS com o objetivo de evitar ou retardar a institucionalização das pessoas idosas já prestam serviço de apoio domiciliário na higiene, alimentação e lavagem de roupas e ainda um mais completo apoio na valênccia de Centro de Dia lhe é prestado o mesmo serviço de higiene, alimentação assim como animação até regressarem às suas famílias no final do dia. A alternativa do *Aging in Place* deve dar a mesma qualidade de vida e diversidade do serviço prestado em valência. Considerando que mesmo com o sistema de gestão de vagas implementado na ilha Terceira continua a haver uma extensa lista de espera nas ERPI pelo que, propomos tanto apoio na criação ou ampliação de estruturas a fim de colmatar esta necessidade que muito nos preocupa.

Ainda no apoio ao Cuidador Informal já existem equipas para apoio das famílias, mas sugerimos a existência de uma equipa multidisciplinar de apoio para uma melhor e eficiente prestação de serviço.

Na saúde, criar condições para estas IPSS com **Unidades Cuidados Continuados Integrados** terem estruturas e pessoal qualificado nesta área para prestarem um serviço de qualidade que possam o mais célere possível fazer com que regressem à sua residência e tenham uma vida o mais normal possível;

Criar **Unidades de cuidados destinados às demências** com pessoal qualificado e uma estrutura desenhada para o efeito, visto que é uma lacuna não termos esta valência de apoio à nossa comunidade;

Não podemos falar de necessidades da nossa comunidade sem realçarmos a importância e necessidade de termos uma **Unidade de Cuidados paliativos** com uma equipa especializada de apoio a estas pessoas da nossa comunidade.

Acreditamos que ao criarmos estas 2 novas valências melhoramos em muito a qualidade de vida nas ERPI e em contrapartida teremos equipas especializadas que vão melhorar o acompanhamento destas pessoas nas suas demências e a proporcionarmos um acompanhamento especializado no apoio a estas pessoas no final da sua vida.

Públicos com necessidades especiais, necessitam ainda de melhoramentos tanto a nível de infraestruturas como de equipamentos de modo a que lhes seja proporcionado qualidade nos serviços de reabilitação e/ou manutenção de competências, mas mais premente ainda é a criação de maior número de valências de Centros de Atividades de Tempos Livres Inclusivos e Centros de Dia Especializados. A criação destes últimos possibilitaria aliviar os Centros de Atividades Ocupacionais ficando esta valência exclusivamente para o acompanhamento mais específico de deficiências com majoração, enquanto os primeiros, permitiam as famílias terem apoio de qualidade nos cuidados aos filhos portadores de deficiência, de modo a poderem conciliar a sua vida social, familiar e profissional.

É também de suma importância a promoção do **Desporto Adaptado** para os cidadãos portadores de deficiência mas não o é menos a prática da atividade física adaptada nas diversas modalidades sem a vertente competitiva. É nossa sugestão que seja dado um maior apoio aos clubes desportivos que promovam tanto o desporto como a atividade física adaptada a portadores de deficiência e ainda que esta seja alargada e possa chegar a esta população em diferentes faixas etárias e que não frequentem instituições.

Energia, propomos que como medida seja incluída não só incentivo à produção e armazenamento de energia de fontes renováveis, mas também otimizar os recursos já existentes nas IPSS através de fundos comunitários visando a eficiência energética das infraestruturas. Mantemos também a proposta de redução da fatura de eletricidade nas IPSS (por redução do IVA ou outro) até todas estarem capacitadas nesta área e haver uma melhor sustentabilidade financeira nas mesmas.

Outras áreas não especificadas no Plano

Em contexto de pandemia COVID19 as IPSS tem como papel cumprir e apoiar as normas e diretrizes da Direção Regional de Saúde nas medidas de precaução para menorizar os riscos de contágio nas diversas valências. É urgente o reconhecimento do excelente trabalho prestado pelas IPSS e pelas equipas de apoio às mesmas mas

também que as Instituições sejam apoiadas financeiramente como toda e qualquer outra empresa, a bem da sua sustentabilidade, na **aquisição de equipamentos de proteção individual**. O último apoio governamental foi em julho de 2020, proposto pelos partidos da oposição na altura, mas as continuidades das medidas de precaução obrigam a um peso financeiro extraordinário.

É necessária a **revisão urgente do valor padrão das valências** protocoladas com o ISSA para fazer face a ao valor real do custo dos utentes. Sendo no caso das IPSS com ERPI,s o mais preocupante. O custo real em média, antes da pandemia de um idoso em Estrutura rondava os 1.250,00€ mensais, atualmente ronda os 1.350,00€ enquanto o valor padrão estipulado atualmente, não ultrapassa os 1.000,00€.

Relembramos também o impacto financeiro que o aumento do salário mínimo regional teve nas IPSS, imposto pelo governo mas sem contrapartida financeira para suportar uma gestão sustentável.

Contudo temos a obrigação de **valorizar a Tabela Salarial dos colaboradores** das IPSS. Neste momento as IPSS são o exemplo de uma desigualdade social com os trabalhadores técnicos e quadros intermédios de mais baixos rendimentos na Região com exceção na área da Educação devido à equiparação dos quadros das educadoras de infância. Necessitamos de combater a desmotivação e manter a qualidade no desempenho.

Para colmatar estas lacunas financeiras propomos a redução da TSU para as IPSS, o aumento do valor padrão das valências e que as futuras negociações com o Governo Regional dos Açores tenham em conta o impacto da inflação, do aumento dos salários mínimos e quadros técnicos dos colaboradores assim como o custo das exigências legais impostas às IPSS de modo a mantermos a qualidade dos nossos serviços.

É de ressalvar ainda, que na nossa avaliação à proposta gostaríamos que fosse revista a resposta de descanso do cuidador, conscientes que nos últimos anos tem sido feito algum trabalho neste sentido, porém acreditamos que é necessário reforçar esta resposta de apoio com o aumento do número de camas protocoladas, permitindo assim uma resposta segura ao utente.

Continuamos a acreditar que, dada a natureza das nossas Instituições serem não lucrativas, devem ter um tratamento diferenciado das outras empresas por terem um papel crucial no contrato social. A resolução da desigualdade social é imputada aos Governos mas também é nossa missão sermos parceiros ativos porque cada vez mais a realidade passa por novos e constantes desafios nas áreas da formação, exigências na qualidade dos serviços prestados aos clientes assim como competitividade na qualificação das próprias IPSS. É nosso papel sermos parceiros

privilegiados nas políticas sociais e propomos que o Governo Regional dos Açores reconheça as IPSS como tal para em conjunto prestarmos o melhor serviço à comunidade.

Relembramos que o setor solidário é também um empregador importante na Ilha Terceira, estável e que através das suas equipas dinâmicas e inovadores continuam a reinventar-se e a criar mais postos de trabalhos para a nossa comunidade.

É nossa convicção que estas propostas capacitariam as IPSS no melhoramento da qualidade de serviços prestados.

Praia da Vitória, 05 de abril de 2021

João Canedo Reis

Presidente da Direção da URIPSSA

CONSELHO DE ILHA DA TERCEIRA
Pr. Francisco Ornelas da Câmara
9760-851 Praia da Vitória

COMUNICADO

O Conselho de Ilha da Terceira reuniu, esta quarta-feira, dia 16 de outubro de 2019, no Centro de Formação do Belo Jardim, na Praia da Vitória, tendo determinado:

1. Emitir parecer positivo, na generalidade, quanto à Anteproposta de Plano Regional Anual para 2020, justificando-se pela inclusão no plano de investimentos regionais para o próximo ano, no que à ilha Terceira diz respeito, um conjunto de investimentos importantes e que espelham uma clara linha orientadora de desenvolvimento;

2. Não obstante, o Conselho de Ilha da Terceira reafirma que existem matérias que continuam a suscitar a sua atenção para medidas governamentais, dado serem estruturantes para o desenvolvimento local, tais como:

a) Prolongamento de cais e rampa roll on – roll off no Porto das Pipas;
b) Linha Lilás – ligação marítima entre as ilhas Terceira, São Jorge, Pico e Faial;
c) Ligação marítima Ilha Terceira – Porto do Topo (São Jorge);
d) Cais de Cruzeiros da Ilha Terceira (Praia da Vitória);
e) Transporte de mercadorias, por via marítima (interilhas);
f) Transporte de mercadorias, por via marítima (Continente – Ilha Terceira);
g) Desalfandegamento CTT;
h) Ligações Continente-Terceira, por via aérea;
i) Ligações aéreas internacionais à Ilha Terceira;
j) Gestão da Aerogare das Lajes e internacionalização da infraestrutura;
k) Processo de certificação do Aeroporto das Lajes;
l) Promoção turística da Ilha Terceira;
m) Mitigação da pegada ambiental originada pela presença militar norte-americana na Base das Lajes;
n) Projeto de mineração de resíduos no Aterro Intermunicipal;
o) Apoio ao transporte marítimo de resíduos – diminuição de passivo ambiental;
p) Proposta de receção da fração "resto das ilhas" onde são operados centros de processamento de resíduos;
q) Rede de miradouros e outras infraestruturas de valorização turística;
r) Criação de Hub Atlântico e rede de frio no Porto Comercial da Praia da Vitória;
s) Criação de posto de abastecimento de gás natural no Porto da Praia da Vitória.

3. Na sequência de solicitação do Governo Regional dos Açores, o Conselho de Ilha da Terceira elaborou, igualmente, um Memorando onde constam as principais preocupações e reivindicações das forças vivas da Ilha, nomeadamente:

a) Todas as referências já efetuadas em sede de parecer à Anteproposta de Plano Anual Regional para 2020;
b) Revisão do modelo de Subsídio Social de Mobilidade, acautelando a necessidade de assegurar a mobilidade de todos os Açorianos, ao mesmo tempo que se permite um abaixamento efetivo do

preço das passagens aéreas de e para a ilha Terceira, fomentando os fluxos turísticos nacionais e sem colocar em causa a operação das companhias aéreas de baixo custo no Aeroporto das Lajes.

Praia da Vitória, 16 de outubro de 2019